

ATA N.º 04/2020

— Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 17 de setembro de 2020.-----

— Aos 17 dias do mês de setembro de 2020, pelas 14,30 horas, no Salão da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----
- 2 - Eleição dos Órgãos Sociais da ABAP – Associação Beira Atlântico Parque e BIOCANT – Associação d Transferência de Tecnologia / Para conhecimento;-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) de Ançã, Febres, Tocha e Praia da Tocha;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Limpeza de Pedras e entulho no Leito da Ribeira;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Construção de WC's no Parque das Sete Fontes;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Obras de Domínio Público no lugar de Lapa;-----
- 7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Reparação do autocarro da Junta de Freguesia;-----
- 8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça / Aplicação de placas toponímicas;-----
- 9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça / Arranjos exteriores do Largo da Capela e Posto de Turismo da Varziela;-----

- 10** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação do Largo Central de Vilamar;-----
- 11** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariza, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / 1.º Semestre 2020;-----
- 12** - Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação de subsídio atribuído à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Execução de Pontes na Malhada;
- 13** - Apreciação, discussão e votação da proposta de não aceitação de delegações de Competências para os Órgãos Municipais / Saúde – ano 2021;-----
- 14** - Apreciação, discussão e votação da proposta de não aceitação de delegações de Competências para os Órgãos Municipais / Educação – ano 2021;-----
- 15** - Apreciação, discussão e votação da proposta da 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2020;-----
- 16** - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2021, a liquidar em 2021 e relativa ao exercício de 2020;-----
- 17** - Apreciação, discussão e votação da proposta da Taxa de Derrama a liquidar e cobrar em 2021 e relativa ao exercício de 2020; -----
- 18** - Apreciação, discussão e votação da proposta da participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), a liquidar em 2021 e relativa aos rendimentos de 2020;-----

19 - Apreciação, discussão e votação da proposta da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2021 às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo / Aplicação da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas);-

20 - Informação do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município de Cantanhede reportada a 30 de junho de 2020, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro / Para conhecimento;-----

21 - Apreciação, discussão e votação da 3.ª (Revisão) alteração orçamental modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2020.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, informou sobre as regras e as normas a cumprir no decorrer da sessão, decorrentes do parecer favorável da Sr.ª Delegada de Saúde, para se poder realizar no Salão dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede. De seguida conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado a falta do Sr. Rogério Paulo Simões Marques, da Sr.ª Andreia Carolina Domingues, ambos por motivos pessoais e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, Sr. Egídio Manuel Patrão Cruz dos Reis. Pedidos de substituição da Sr.ª Sofia Paula Laranjeiro Pedro pela Sr.ª Maria Teresa de Jesus Almeida, da Sr.ª Áurea da Cruz Flamino de Andrade pelo Sr. Vítor Manuel Bispo Folgado, do Sr. Luís Miguel da Cruz Pato pela Sr.ª Maria Teresa Sena São Miguel Bento, todos da bancada do PS, conforme documentos apresentados. Ainda pedidos de substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Sr. Carlos Alberto dos Santos Alves, pela sua tesoureira Sr.ª Maria Celeste Cardoso Preguiça, do Presidente da Junta de

Freguesia da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Sr. Paulo Alexandre Pereira Santos pela sua tesoureira Sr.^a Anabela da Costa Heleno Agostinho, do Presidente de Junta de Freguesia de Murtede, Sr. Carlos Miguel Fernandes pelo seu tesoureiro Sr. Sérgio Maia, da Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, Sr.^a Regina Marise dos Santos Pessoa pelo seu secretário Sr. Carlos Manuel Gregório, do Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, Sr. Nelson Maia, pela sua secretária Rosa Maria Estanislau e ainda do Presidente da Junta de Freguesia de Sanguinheira pelo seu tesoureiro Bruno Alexandre da Silva Marques. Presença dos restantes Membros da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, informou que a ata n.º 03/2020, da sessão da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2020, apenas poderá ser aprovada na próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, dado que o período de férias dos funcionários da autarquia e questões relacionadas com a pandemia, impossibilitaram a conclusão daquele documento.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 30 de junho 2020 a 17 de setembro de 2020, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. Destacou, no entanto, uma convocatória para a eleição do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que vai ter lugar no dia 13 de outubro, sendo necessário convocar uma Assembleia Municipal extraordinária para o efeito e sobre a qual falará ainda no decorrer da sessão.-----

----- De seguida deu início ao período de Antes da Ordem do Dia, dando a palavra ao Sr. José Carlos de Jesus, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, relativamente à pandemia COVID-19, referiu que, no âmbito das suas atribuições, o

Município, as Juntas de Freguesia, os Bombeiros, as IPSS, os médicos, as Unidades de Saúde, os enfermeiros e o pessoal auxiliar, têm desenvolvido um trabalho incansável e um esforço notável para fazer face àquele desafio incrível que nenhum dos presentes na sessão, antes teve que enfrentar. Acrescentou que, como passaram 6 meses desde que a pandemia foi declarada, é oportuno, em nome da bancada do PSD e em nome de todos os presentes, salientar o esforço, o empenho e o trabalho incansável de todos, bem como, lembrar um conjunto de medidas que foram sendo e que estão a ser tomadas por parte do Município, da Empresa Municipal e das restantes instituições que merecem ser plasmadas. Acrescentou ainda que sendo um desafio coletivo, este assunto é demasiado grave para ser esgrimido em praça pública, para ser publicado de forma menos correta nas redes sociais ou para se atacar pessoalmente este ou aquele, sendo inaceitável que se tente tirar proveito político da situação. Referiu estar a representar uma bancada e que seria incapaz de o fazer, defendendo antes uma atitude construtiva de todos os presentes. De seguida, referindo que, por ter sido impossível, não foram contactadas as restantes bancadas, seria oportuno propor um voto de louvor a todas aquelas entidades, bem como a todos os indivíduos que também deram o seu contributo e ainda, a todos os que cumprindo as ordens, sendo civicamente responsáveis, também contribuem para que a pandemia vá sendo enfrentada com algum sucesso. Salientou que a bancada do PSD tem o desejo de elaborar um documento único para apresentar numa próxima Assembleia, com o contributo de todos os presentes, se houver acordo nesse sentido, no sentido de fazer um reconhecimento de uma forma global, lembrando todas as ações, que a nível social vão sendo desenvolvidas, a nível empresarial vão sendo desenvolvidas, as medidas de benefício de empresas afetadas por culpa da COVID-19, a isenção de taxas da água, saneamento, resíduos sólidos por parte da INOVA,

as IPSS inexcedíveis num esforço de contenção e de prevenção, a GNR, os Bombeiros, entre outros.

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Artur Carvalhinho, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, acrescentou as palavras ditas anteriormente, o Hospital e o Centro de Saúde, porque são entidades ligadas à saúde e que têm um papel fundamental no combate à pandemia, para além das instituições, dos médicos e dos profissionais de saúde. De seguida, perante a crítica feita ao comportamento do PS, com acusações de aproveitamento político, bem como ao desfilar de um conjunto de relevantes posições relativas ao suposto comportamento excelente da CMC na situação pandémica que se atravessa, teceu as seguintes considerações: *"Num dos comunicados da Comissão Política do PSD acusa-se o PS de, e passo a citar "o PS decidiu ensaiar a construção alternativa à realidade". Estarão a referir-se ao fato de, no dia do município ter sido afirmado que o Hospital de Cantanhede não paga a renda de propósito para a Santa Casa rasgar unilateralmente o contrato de arrendamento e deslocar a Convalescença e paliativos para os Covões e fechar o hospital? Isto sim, é uma construção alternativa à realidade, e sim, é aproveitamento político. E não fomos nós que o fizemos. Poderíamos ter feito aproveitamento político com o fato de, na reunião com a Sra Ministra da Saúde, ter sido exigido mais médicos para o Hospital de Cantanhede quando na véspera foi tornado publico o aumento de 5 para 8 vagas médicas do Hospital tendo sido um aumento de 60%, caso único no SNS, demonstrando clara aposta em Cantanhede. Conhecido na véspera e dito na reunião, nada transpareceu para a comunicação social por parte da Câmara. Apenas o fato de terem sido exigidos mais médicos. Não fizemos aproveitamento político. Poderíamos ter feito aproveitamento político com o fato que corre nas redes sociais, sobre as condições técnicas em que foram feitos os*

testes serológicos, nomeadamente da proteção dos profissionais e o conseqüente risco de contágio de todos os intervenientes, profissionais e utentes. Não fizemos aproveitamento político. Poderíamos ter feito aproveitamento político com o fato de ter acontecido um caso nos Bombeiros Voluntários de Cantanhede e os restantes profissionais terem que esperar 4 dias até a realização de testes. Estes profissionais, cuja vida de abnegação mereceria melhor consideração, estiveram estes 4 dias angustiados, sem saber se poderiam abraçar e beijar familiares, sem saber se estavam ou não contaminados. Não o fizemos. Poderíamos ter feito aproveitamento político com o fato de, apesar de antecipadamente anunciado o estado de contingência não estava a Câmara Municipal de Cantanhede preparada para emitir o devido despacho atempadamente, escudando-se atrás de pareceres da Delegada de Saúde e da GNR. Não o fizemos. Poderíamos ter feito aproveitamento político com o fato de ontem, na véspera do início das aulas, ter sido feito um comunicado pelo Agrupamento das Escolas Marquês de Marialva, informando que os transportes que não são da responsabilidade da Escola, mas sim da Comunidade Intermunicipal em articulação com a Câmara Municipal de Cantanhede, ainda não foram assegurados. Não o fizemos. Estes são alguns dos aspetos que, de facto, não estão a correr bem. Apontar o dedo ao PS de aproveitamento político entre outros aspetos, não vai resolver estes problemas. Parabenizar a Câmara pelo trabalho desenvolvido também não vai resolver estes problemas. Por isso, esperamos é a rápida resolução deste e outros problemas porque, na nossa opinião, tem havido efetivamente muitas falhas e erros que importa resolver. Há que preservar a saúde pública acima de todos os outros aspetos. É fundamental a humildade política em democracia, bem como a necessidade de correção das atitudes e ações dos órgãos eleitos em defesa das suas populações. E para isso, deve a oposição ter voz ativa, é também a nossa obrigação.

Assim, parece que finalmente já todos estamos de acordo em que houve uma festa ilegal em Portunhos e Outil. Parece também ser consensual que houve a presença efetiva de pessoas com responsabilidade políticas nessa festa, que, sendo sua obrigação legal, nada fizeram para impedir a sua realização que acabou com consequências, diretas ou indiretas, na saúde pública. E aqui, não nos calarão enquanto não tivermos resposta a estas perguntas. Vão ser assumidas as responsabilidades políticas relativas a este assunto? Quais e por quem? É fundamental assumir as devidas responsabilidades políticas, por isso solicitamos que tal seja uma realidade em nome da transparência e do respeito para com todos os munícipes.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Covões e Camarneira, Asdrúbal Torres, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu-se à gestão das faixas de combustível que decorreu na sua União de Freguesias, felicitando a Câmara por aquela intervenção que a todos agradou, apesar de muitas reticências no princípio, por causa de terem cortado eucaliptos e pinheiros. Referiu ainda que aquela faixa agora precisa de manutenção pelo que, passando a época crítica de fogos, onde não podem andar máquinas agrícolas, sugeriu que passasse uma máquina com destroçadores, para não se correr o risco, no próximo ano, de estar igual ou pior.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, começou por cumprimentar o novo Presidente da Junta de Freguesia da Cordinhã, hoje na sessão com outras funções, bem como Membros da Assembleia Municipal que estão presentes também pela primeira vez. Relativamente à questão de todas as entidades que foram referidas e que devem ser homenageadas, considerou ser da maior justiça

que a Assembleia Municipal o faça. Acrescentou que, quem está naquele processo desde a origem, tal como os Sr.s Presidentes de Junta, sabe concretamente o que é estar no terreno com preocupação 24 horas, sendo certo que, nestas situações, ninguém precisa de palmadas nas costas, nem utilizar alguns meios para outro tipo de oportunismos, mas às vezes de outro tipo de compreensão. Referiu que, felizmente, na generalidade, o concelho sabe o que está a acontecer, já quanto a outras situações não sabe. Relativamente à intervenção do Sr. Artur Carvalhinho, teceu várias considerações, nomeadamente que: - No que toca a numa questão do dia do Município, onde se fala de propósito, da intencionalidade de não pagar a renda, afirmou não ter ouvido isso de ninguém, nem nada que lhe tenha parecido ter esse sentido. Acrescentou, ser do conhecimento público, transmitido pela própria Santa Casa da Misericórdia, que o Hospital de Cantanhede não paga renda há vários meses e, naquele momento, era o que estava a acontecer, tendo sido manifestado por uma instituição de solidariedade social, porque a diferença de verba é substancial e é prejudicial à própria entidade, o que referido pelo Sr. Presidente da Assembleia, que poderá dar uma justificação. Acrescentou ainda que, melhor que ninguém, o Sr. Artur Carvalhinho sabia que estava pedida uma reunião à Sr.ª Ministra há um ano e três meses, quando ainda não havia COVID, para falar de problemas da saúde do concelho, reunião reiteradamente solicitada e que a mesma marcou a reunião naquele dia, depois de ter aberto as vagas e não antes. Considerou assim, não ser correto a interpretação que fez, com comentários gratuitos, infundados e com maldade, completamente inaceitável perante a responsabilidade que tem, sendo nomeado num hospital, com responsabilidades políticas. Voltou a frisar que a reunião foi marcada pelo gabinete da Sr.ª Ministra, depois de haver insistências contínuas durante meses, tendo sido solicitado ao próprio Partido Socialista para intervir, tendo falado com os

Presidentes das distritais do Partido Socialista, e ainda falado na corrente semana com um da Comunidade Intermunicipal que tinha tido uma reunião com a Sr.^a Ministra para sensibilizar sobre a extensão de Cantanhede; - Relativamente aos testes serológicos, referiu que a Sr.^a Vereadora Célia Simões, enfermeira chefe de profissão, é quem está diariamente no terreno e que, nas escolas foram feitos mais de 700 testes em colaboração com as equipas da ação social e com a Sr.^a Delegada de Saúde. Acrescentou que, se a bancada do Partido socialista tinha dúvidas sobre os testes ou sobre o caso do Sr. Presidente da União das Freguesias de Portunhos e Outil, tinha questionado o Município e aquele Presidente de Junta de Freguesia e não tinha feito alegações através de uma rede social, porque não é no Facebook que se fazem perguntas ao município? Para além disso, recordou existir um vereador do partido que sabia o que se estava a passar, no entanto não o questionaram. Considerou que dessa forma, não há qualquer respeito institucional e sim um grande aproveitamento político e que é muito triste verificar que, com tantas coisas boas que vão acontecendo, existirem depois este tipo de atitude, no entanto, afirmou acreditar que, do que ouviu, não é o Partido Socialista na sua maioria que se revê em atitudes como aquelas; - Relativamente aos Bombeiros informou que quem decide quem faz testes é a entidade de saúde, sendo certo que também não questionaram a Sr.^a Delegada de Saúde ou à ARS sobre o que aconteceu. Acrescentou que o Sr. Vereador, Adérito Machado, Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede, poderá explicar o que aconteceu e voltou a referir que os testes são feitos em articulação com a ARS e com a Sr.^a Delegada de Saúde, respeitando o trabalho e o sigilo das pessoas visadas., ao contrário do Partido Socialista que, por um lado defende o respeito individual e por outro, evidenciam nas redes sociais, pessoas que infelizmente estão positivas, sem qualquer respeito pela autonomia de

cada um ou pelo respeito que esta doença causa, porque ninguém é positivo porque quer; - Relativamente ao despacho dos horários, referiu ter que haver alguma cautela na forma como certas coisas são abordadas, até porque careciam de pareceres da GNR e da Delegada de Saúde, entidades que se encontram cheias de trabalho e acrescentou que, também neste caso nada foi questionado diretamente ao Executivo;

- Relativamente aos Agrupamentos de Escola e aos transportes, informou não ter havido alguma criança que tivesse ficado sem transporte e que, a responsabilidade dos transportes é da Comunidade Intermunicipal, no entanto não questionaram o Presidente do Agrupamento sobre as dificuldades para implementar os horários de forma a cumprir com as regras de segurança face ao que está a acontecer. Acrescentou que, na questão da secundária, para que os horários pudessem ser feitos de forma a minimizar qualquer problema, houve necessidade de esticar os horários letivos além do que estava já previsto no plano de transportes. Acrescentou ainda que, os transportes não estão previstos para ir até às 19:30, mas para a segurança da escola, houve essa necessidade, tendo a escola dado essa informação em cima da hora porque não teve alternativa, sendo mesmo um grande esforço para os professores. Informou, de seguida que a CIM não conseguia, que o Município assumiu a responsabilidade desse mesmo transporte e que esse trabalho sério é necessário fazer no dia a dia neste contexto de pandemia;

- Relativamente à responsabilidade de um surto numa festa, gostaria que lhe transmitissem qual foi a festa e quem foi a fonte que o transmitiu, porque ainda hoje não tem qualquer informação sobre a origem do surto. Acrescentou que, questionados os Delegados de Saúde, que como sabem a Delegada de Saúde de Cantanhede estava de férias e foi substituída pela Delegada de Saúde de Mira, com o apoio dos Delegados de Saúde de Soure e de Montemor-o-Velho, nada lhes foi transmitido pela ARS. Por outro lado, a Sr.ª Vereadora, Célia

Simões, que acompanhou mais diretamente o caso, tentou saber para tentar descobrir a origem, no entanto, como os Delegados de Saúde estavam com muito trabalho e não conseguiram fazer os esquemas para se poder fazer essa análise e a abordagem que era feita pelos Senhores Presidentes de Junta. Referiu ainda que, ao que parece as pessoas que estavam positivas numa determinada festa, já o estariam quando lá chegaram, mas poderia ter havido, naturalmente, algum foco que pudesse vir a trazer algum problema. Afirmou de seguida que, estando numa festas, com muitas pessoas, há que ter cuidados, mas utilizar isso para apontar o dedo, percebe-se bem a quem, foi o que mais lhe custou a encaixar nesta vida política, seja uma pessoa do partido A ou seja do partido B. Acrescentou tratarem-se de pessoas que estão neste momento com problemas e que têm que lidar também com o problema na sua família e vêm a sua identidade devassada nas redes sociais, não conseguindo sequer imaginar que isso se possa fazer. Assim, voltando a referir que Câmara não tinha conhecimento de festa nenhuma, referiu que se a bancada do PS tem uma fonte preferencial e direta da origem do surto, que a confirmem, porque têm o dever de o transmitir às entidades competentes, porque a falta dessa informação concreta, poderá estar a impedir que a cadeia de transmissão seja perfeitamente desmontada, sendo fundamental que o digam; - Relativamente à faixa de gestão de combustível, recordou que a Comissão de Proteção da Defesa da Floresta, de acordo com a perigosidade, tem definida as freguesias por onde deve começar e, é evidente, como todos sabem, que o corte é feito em propriedade privada. Acrescentou que, a partir do momento em que o próprio proprietário não pode praticamente utilizar aquela faixa, a menos que coloque lá árvores de fruto e outras como tais, aquela entidade entende que, se lhe foi feito o corte, então deve ser limpo. Nesse sentido, informou que a Câmara está a acautelar essa situação, tentando avançar com contratos para obter mais motoristas para o

Município, e ainda, fazer alguns concursos para a limpeza geral que daqui para a frente vai ter mesmo que ser feita.-----

— O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, tomou a palavra e, como o Sr. Artur Carvalhinho fez referência ao seu discurso do feriado municipal, no dia 25 de julho, afirmou que, realmente houve intencionalidade de aproveitar aquela comemoração pública para falar sobre o assunto do hospital, porque toca diretamente à vida de pelo menos 36.000 habitantes, para além do universo da região de Cantanhede, fazendo a cobertura de mais de 60.000 habitantes em épocas sazonais como acontece no verão. Afirmou, de seguida ter ficado contente porque logo a seguir, viu o incómodo que causou e obteve resposta, tendo sido por isso ter o assunto na agenda. Referiu, de seguida que, apenas pede que se cumpra um protocolo que duas entidades de bem, o Município de Cantanhede e o Ministério de Saúde, na pessoa do Sr. Ministro Correia de Campos, porque o Ministério da Saúde ou a Administração Regional de Saúde do Centro, não têm estado bem de ano para ano, culminando com o encerramento das urgências com o pretexto do COVID. Assim, afirmou que todos nesta Assembleia, por unanimidade, têm de estar indignados com o que aconteceu com a consulta aberta, vulgo urgências, que é assim que o povo continua a chamar, quando tem necessidade para uma consulta de agudos. Acrescentou que, se são os médicos que estão nos Centros de Saúde e não nas USF e que deixam de estar no Centro de Saúde a tomar conta das pessoas que estão inscritas naquele médico, para estarem na consulta aberta, é um problema que não é do Município de Cantanhede e que já tinha sido detetado em fevereiro de 2007, quando ele próprio assinou aquele protocolo. Acrescentou ainda que, naquele documento está dito, com toda a celeridade, que iam ser criadas USF no concelho de Cantanhede, tendo sido criadas algumas porque existem extensões de saúde. Assim, referiu ainda que, desde o início,

o Ministério da Saúde ou a ARS, sabia que a consequência da assinatura daquele protocolo, fazia com que, possivelmente, tivessem que ser contratados outros médicos que não aqueles que já se encontram no Centro de Saúde, tal como os médicos que estão no serviço de urgência básico, mas que esse não é um problema do Município. Referiu que, é dito no referido protocolo que o Município tem reuniões semestralmente, para ser informado do que estava a acontecer em relação à consulta aberta, mas tal apenas durou talvez um ano, deixado de existir e, de seguida, unilateralmente, o Ministério da Saúde resolveu ir descontinuando e acabar com a consulta aberta. Não querendo discutir se é bom ter a consulta aberta ou não, considerou que todos concordam que é importante ter aquela a consulta porque, da reunião que a Sr.^a Presidente da Câmara teve com a Ministra da Saúde, ficou certo que não era admissível ter o Serviço de Urgência Básico. Recordou que desde 2001, o serviço de Urgência Básico já se encontrava descontinuado pela então Ministra Maria de Belém Roseira, porque não reunia os requisitos para ser um simples Serviço de Urgência Básico e, em 2007, por acordo, foi substituído pelo que passaria a ser designado por um serviço de uma consulta aberta para atender casos agudos. Acrescentou que, aquele serviço funcionou enquanto o Ministério cumpriu com o horário das 8h00 da manhã e às 24h00 horas, com pessoal médico, de enfermagem, administrativos e com os meios complementares de diagnóstico a funcionarem. Como tal deixou de existir, questionou se o próprio Município não deveria ter uma atitude, um pouco incisiva sobre os mecanismos que tem no âmbito da lei para fazer cumprir um protocolo que foi celebrado entre duas entidades que são públicas, porque o assunto já passou por governos do PSD e do PS e não se vê a resolução do problema. Voltou a referir que têm de exigir que se cumpra o protocolo que foi assinado, não importa se nas redes sociais venha explanado que no próprio 25 de julho, o Presidente

da Assembleia, João Moura fez e queria privatizar o hospital e tecem comentários a esse respeito por motivações políticas. Referiu de seguida ser importante estarem todos unidos, nomeadamente, na Assembleia Municipal para poderem jogar todos para o mesmo lado e que apenas devem exigir o cumprimento daquele protocolo e ainda que, se o Ministério tem dificuldades, que venha junto do Município, pois este sempre teve a vontade e a abertura para poder ajudar naquilo que é, neste momento, possivelmente a falência do Estado de há uns anos a esta parte.-----

— Interveio de seguida o Sr. Artur Carvalhinho, referindo, relativamente ao assunto em causa que percebe o entusiasmo com que a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, defende aquelas questões, pois é o mesmo entusiasmo com que ele próprio as defende, mas que garantidamente, têm formas diferentes de ver alguns assuntos. Afirmou de seguida não querer que as suas palavras fossem mal interpretadas porque o que leu foi *"poderíamos ter feito aproveitamento político e não o fizemos"* e que continua a achar que, enquanto não se reconhecerem os problemas, não os conseguirão resolver. Relativamente à questão dos médicos. Recordou que a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, convidou os membros da bancada do PS para uma reunião com a Sr.ª Ministra, agendada de véspera, para 25 de março, a qual garantidamente não teve como único assunto o aumento do número de médicos para o pessoal do hospital, mas teve muitos outros assuntos. Acrescentou ter estranhado que, após aquela reunião, a comunicação do Município referia a exigência de mais médicos para o Hospital, quando já tinham sido concedidos e, efetivamente, a defesa da abertura da urgência para Cantanhede. Por isso, considerou estranho, quando o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, disse que não defende a urgência, mas defende o cumprimento do protocolo, porque em termos da comunicação do Município é o que tem passado. Acrescentou que, se se trata de uma questão de semântica, que o

corrijam, porque sabem que a bancada do PS está ao dispor para qualquer diálogo de ambas as partes. Informou de seguida que tem uma declaração de voto sobre o ponto da ordem dia sobre a delegação de competências na área da Saúde que refere precisamente que estão ao dispor para discutir o assunto da saúde em Cantanhede. Referiu ainda que, conforme tentou passar no comunicado, uma coisa é exigir o cumprimento do protocolo, tendo sido assinado um primeiro entre o Município e a ARS e um segundo assinado em 2008 que especificava concretamente qual o horário, sendo que nunca esteve em cima da mesa a realização das análises depois das 17h. Assim afirmou que, quando num discurso dizerem que o protocolo previa aquela realização de análises até à meia noite é falso, como é falso dizerem que não se paga uma renda propositadamente. Afirmou assim que, o Hospital sempre fez o que foi protocolado em 2008, exceto na questão da radiologia que foi reduzida uma hora e meia, devido à reforma de um funcionário. Relativamente ao surto de Covid em Portunhos, informou que o foco da questão é que se tratou de uma festa ilegal, por isso, se uma pessoas, a título individual, tem o seu direito a fazer tudo o que quer, a título institucional já não será bem assi. Afirmou ainda nunca terem acusado ninguém, apenas usaram o cargo porque é importante ser sério neste assunto e ter responsabilidade política, no mínimo, porque estão em representação dos Municípes e têm obrigação de responder perante eles. Finalmente, voltando à questão do protocolo, afirmou que, também a sua bancada defende mais e melhores serviços para a saúde em Cantanhede e tem feito um trabalho que será comunicado na declaração de voto, que solicitou apresentar desde já.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, referiu que ainda se estava no período de antes da ordem do dia, pelo que ainda não iriam votar o ponto relativo à aceitação de delegação de competências na área da saúde.-----

— Interveio, de novo o Sr. Artur Carvalhinho, afirmando fazer sentido apresentar a declaração de voto em causa naquele preciso momento pelo que procedeu à leitura da mesma do seguinte teor: *“Entendemos que a aceitação da delegação de competências para os órgãos municipais no ano de 2012 na área da saúde seria um importante passo na descentralização e efetiva aproximação do poder local e das populações com quem se tem um contacto mais direto e pessoal com claros benefícios para ambos, ainda que tal represente acréscimos significativos de responsabilidade e atividade, bem como o alargamento da área de intervenção. Cantanhede é um Município com capacidade de liderança e de trabalho que não pode deixar de responder afirmativamente ao desafio que é a delegação de competências da saúde, pois traz e trará no futuro um conjunto de mais valias positivas para o nosso concelho e para os munícipes. Na saúde, como em todas as áreas, a posição do do Partido Socialista é a de construção. Foi imbuídos deste espírito que, no final de 2019, criamos um projeto na área de saúde para o concelho de Cantanhede, tendo feito chegar as entidades competentes. No início do presente ano, com a pandemia que todos conhecemos, muita coisa foi preciso mudar, mas como já tínhamos afirmado em sede de Assembleia Municipal no passado dia 27 de fevereiro, já existia um plano estratégico, para a saúde no concelho e estava agendada uma reunião com a senhora Ministra para o dia 25 de março. Apesar de estarmos perante o agravamento da situação pandémica atual, foram finalmente desencadeados os contactos e as ações necessárias para a implementação do plano que defendemos. Nas recentes reuniões com a Sr.ª Presidente da Câmara e com os diversos intervenientes (e foram vários), já foram apresentados alguns dos passos efetuados para a concretização do plano que defendemos. Apesar disso, continuamos a assistir à defesa acérrima de soluções com 10 ou mais anos que, nunca mudaram e nunca construíram realmente respostas,*

pois a atualidade exige outras circunstâncias. Neste sentido o Partido Socialista afirma nesta Assembleia Municipal a defesa da criação de um Sistema Local de Saúde como resposta às necessidades do concelho, sendo uma das bases do plano estratégico global que estamos a desenvolver para a candidatura autárquica que se avizinha. Para isso, é fundamental o papel da autarquia, seja através das respostas necessárias aos projetos apresentados pelo HAJC que aguardam há 2 meses pela sua concretização, por exemplo, seja através da aceitação da delegação de competências, pois a autarquia terá que assumir um papel importante na preparação prévia desta situação. Relembramos a título de exemplo, que vários municípios já criaram o seu Conselho Municipal da Saúde. Por isso votamos contra a não aceitação de delegação de competências na área da saúde e estamos ao dispor para apresentação e discussão do nosso plano estratégico para a saúde no concelho, em sede própria, pois o que mais nos preocupa é a construção de mais e melhores respostas à população".-----

----- Tomou de seguida a palavra, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, que, em direito de resposta, prestou as seguintes informações: - Relativamente ao serviço de urgência básico, referiu que um membro da Assembleia Municipal do Partido Socialista, numa sessão da Assembleia Municipal, lhe disse que defendia o serviço de urgência básico, sendo que, numa bancada ou noutra, há sempre quem o defenda. Acrescentou que, se Cantanhede tivesse o serviço de urgência básico, seria melhor, pois funcionaria 24 horas por dia, mas há que ter consciência que possivelmente isso vai ser difícil de atingir, dada as dificuldades em que o país vive, por isso defende que não se pode pedir uma coisa que, eventualmente, é inexecutável; - Relativamente à dívida do Hospital à Santa Casa da Misericórdia, informou que o Sr. Provedor da Santa Casa, com quem esteve, lhe disse que era do montante de 57.000,00 €, portanto, a

data de semana passada, mas que já foi pago hoje, conforme lhe informou a Sr. Presidente da Câmara, mas terá sido pago porque o Presidente da Assembleia Municipal, no discurso do 25 de julho, falou sobre o assunto?; - Relativamente ao Conselho Municipal de Saúde, que considera bom existir, informou ver a disponibilidade do Partido Socialista para fazer alguma coisa com todos os agentes do concelho, mas se não houver meios não será possível fazer absolutamente nada. Recordou, de seguida que Cantanhede já tem uma rede instalada, com hospitais, centros de saúde e instituições particulares de solidariedade social que fazem domicílios às pessoas que vivem sós, faltam apenas os elos de ligação, mas nunca viu disponibilidade por parte do Ministério da Saúde. Finalmente, afirmou que, não basta reunir e fazer protocolos que não dão em nada, se não houver meios e vontade política, sendo necessária muita atenção e os pés bem assentes na terra, porque muitas vezes não é exequível, por muito boa vontade que todos nós tenham.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Fernando Pais Alves, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, abordou os seguintes assuntos sobre a sua freguesia: - Relativamente ao corte dos pinheiros, afirmou que a sua freguesia considerou aquela ação um crime, no entanto, nem a Junta de Freguesia, nem a Comissão de Compartes tiveram conhecimento de que aquele corte seria efetuado, tal como a tem certeza que a Câmara Municipal também não teve. Afirmou não retirar nada que tenha dito à comunicação social em relação ao que foi feito na sua freguesia, porque o que foi feito é um crime e alguém deveria pagar pelo que fez; - Relativamente à época balnear, deu os parabéns à Câmara Municipal pelo que fez este ano pela Praia da Tocha, porque foi um exemplo para todas as praias, não só da zona de centro, mas quiçá do país; - Deu os parabéns à Câmara Municipal pelo bom trabalho

efetuado no âmbito da COVID e agradeceu à Sr.^a Vereadora, Célia Simões pelo trabalho realizado na sua freguesia, naquele âmbito, porque psicologicamente, tratou e satisfaz muita gente.-----

----- Interveio deu de novo ao Sr. José Carlos de Jesus, o qual afirmou que a intervenção do Sr. Presidente da Mesa, João Moura, no dia 25 de julho, lhe causou uma surpresa muito positiva porque a sua intervenção foi surpreendente e frontal, tão contra a sua figura conciliadora e agregadora, o que causou, naturalmente, incomodo. Afirmou, de seguida que, na verdade o problema de saúde se mantém e que correm todos os presentes, o risco de deixarem de pertencer à Assembleia e continuarem a falar de saúde, a estar preocupados com a saúde e a não estarem bem servidos de saúde no concelho, o que é inaceitável, por ser uma necessidade premente. Assim, sugeriu a que todos unissem esforços e agissem. Relativamente ao plano estratégico global para a saúde no concelho, que o Sr. Artur Carvalhinho disse ter, referiu que gostaria de ter acesso ao mesmo, apenas para seu conhecimento, não querendo passar à frente de ninguém. Afirmou ainda não aceitar que se chegue a 2020 com um plano para substituir o foi assinado em 2007 e de seguida em 2008, sendo que desde 2001 se fechou a urgência. Acrescentou que, a freguesia de S. Caetano não tem extensão de saúde há muito tempo, no entanto continua a receber 86,00 € de renda pelas instalações, que não são usadas, estando a apanhar mofo e a USF de Febres não tem capacidade de resposta. Apelou, finalmente, a que todos, em conjunto, metam a saúde no lugar que ela merece e trazer para o Conselho, o que é indispensável, dignificando, utilizando e rentabilizando o hospital Arcebispo João Crisóstomo. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.^a Maria Teresa Bento, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, questionou

se o corte dos pinheiros que foi feito pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas foi realizado a pedido da Proteção Civil de Cantanhede, porque aquelas árvores representava um perigo para a saúde pública. Referiu que tinha conhecimento de que algumas árvores estavam em riscos de cair, que outras estavam junto da faixa de contenção de incêndios na ciclovia e que a totalidade de 9 árvores que foram cortadas, 7 pinheiros bravos e 2 pinheiros mansos, foram avaliadas antes do corte pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, sendo que apenas uma delas não se encontrava ou seca ou queimada ou doente, nem estava dentro da faixa de contenção de incêndios. Assim, voltou a questionar se foi realmente a Proteção Civil de Cantanhede que iniciou aquele processo, se houve realmente algum crime e onde está tipificado, e se foi o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas que decidiu chegar e cortar as árvores.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Miguel Gentil, o qual após cumprimentar todos os presentes, deu um voto de louvor ao Executivo por ter tido a coragem, no dia do feriado municipal, de ter elogiado as pessoas com a segurança necessária, o que foi muito bom. Questionou, de seguida o executivo sobre o alcatrão que está um bocado degradado, na Rua Principal de Lemedede e sobre o facto de, no centro de Vila Nova de Outil, existirem uns problemas de águas que escorrem para dentro das casas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou, relativamente à questão do ICNF, que se o Sr. Vereador, Adérito Machado, que detém aquela área daria, de seguida mais informação. No entanto, afirmou ser evidente que a Proteção Civil tenha solicitado ao ICNF o corte dos pinheiros secos, com conforme se poderá confirmar pelas fotografias existentes, estavam a cair para a ciclovia. Acrescentou que, de acordo com a

informação transmitida pelo Sr. Vereador na reunião de câmara, quando dizem que é só um pinheiro bom, não será bem esse o levantamento que a Proteção Civil tem, nem tão pouco os Compartes e, quando se afirma que os Compartes tiveram conhecimento de tudo isso, já a Câmara não teve qualquer conhecimento. Relativamente à questão dos tapetes, informou que a Câmara está no momento com várias empreitadas, sendo que uma delas é precisamente no final do Concelho, até Montemor-O-Velho, começa na zona do Zambujal e passa por Cadima, por Lemede e vai até Cantanhede. Referiu ser uma entrada no Concelho importante, na qual o piso não está bom, como toda a gente constata, mas que necessita de um trabalho que os serviços já estão a projetar. Acrescentou que, naquele local, não se tratará apenas de colocar tapete, porque também terá uma intervenção profunda em termos de saneamento em algumas zonas, e ainda o alargamento da via nalguns pontos mais delicados para segurança rodoviária. Informou ainda que, os Serviços também estão a preparar outros cadernos de encargos com vários concursos para outras freguesias, de acordo com as urgências maiores de cada Presidente de Junta relativamente à sua freguesia. Acrescentou tratar-se de intervenções profundas, mas como deve haver conciliação necessária e fundamental com a INOVA, que também prevê investimentos para aqueles locais, não irão colocar tapete agora para, no ano seguinte, esburacavam tudo. Reforçou que, os dinheiros têm de ser bem geridos, pelo que, de acordo com o plano de intervenção da INOVA, será feita a recolocação do tapete nos sítios onde realmente poderá ser feito. Relativamente à questão de Vila Nova, informou que está a ser ponderado, para além de muitos outros arruamentos que já estão a ser avaliados com a equipa de projetistas do Município, já a trabalhar em inúmeros projetos e, acrescentou esperar que aqueles concursos arranquem ainda este ano; - Relativamente à reunião, que foi por videoconferência, informou que a

mesma foi marcada e desmarcada por duas vezes, teve lugar na Câmara com a sua presença e as presenças do Sr. Vice-Presidente da Câmara, dos Vereadores e do Vereador Eng.º José Santos, tendo assistido à reunião por videoconferência, a Sr.ª Ministra da Saúde, o Secretário de Estado e ainda três elementos do seu gabinete, a Sr.ª Presidente da ARS com o seu Vice-Presidente e a Sr.ª Presidente do Conselho de Administração do Hospital Arcebispo João Crisóstomo. Informou, de seguida que, ter logo de início, questionado a Sr.ª Ministra se havia novidades relativamente a Cantanhede, mas ela pediu que falasse primeiro. Assim, falou das angústias existentes, nomeadamente, a questão da falta de elementos para o hospital que, na altura desconhecia já haver indicação para a contratação de mais elementos e a questão das dívidas do hospital, tendo a Sr.ª Presidente do Conselho de Administração do Hospital transmitido que iam ter um reforço de orçamento. Informou, de seguida que teve conhecimento que a transferência relativa ao pagamento das rendas dos meses de junho, julho e agosto já foram feitas pelo hospital à Santa Casa da Misericórdia, pelo que o felicitou por isso. Acrescentou perceber os constrangimentos de quem está na administração do hospital, porque herdou uma situação delicada e ninguém gosta de gerir uma casa com dívidas, tendo de optar entre pagar uma renda e pagar medicamentos. Acrescentou ainda que ninguém está contra o hospital, pelo contrário, todos estão a favor do hospital e querem que o Estado arranje soluções para que o mesmo não tenha a necessidade de gerir uma situação destas, com as carências que tem. Na reunião, a Sr.ª Ministra disse que não era dia para falar do Hospital Rovisco Pais porque as entidades presentes eram todas entidades de saúde de proximidade e o Hospital Rovisco Pais era um hospital com uma lógica regional. Referiu ainda que, na reunião, falou da consulta aberta e do protocolo que não está a ser cumprido, mas que com o Estado não se passa nada,

apesar da consulta está fechada pelo que ira mandar nova carta à Sr.^a Presidente do Conselho de Administração da ARS a perguntar o que é que está a pensar fazer relativamente ao não cumprimento daquele protocolo. Relativamente ao Postos de Enfermagem, informou que o protocolo continua por assinar, mas a ARS continua a mandar os consumíveis apesar de não ter um documento de suporte para aquela despesa. Relativamente aos Postos de Enfermagem, informou que, a dada altura, a Sr.^a Presidente da ARS fez uma intervenção e disse: *"A Sr.^a Presidente até sabe que os protocolos, aquilo é ilegal"*, mas a verdade é que foram os seus antecessores que assinaram com o Presidentes de Câmara à data. Informou ainda que, nessa mesma reunião, que foi excelente e da qual vieram todos encantados e convictos que iriam ter um serviço de urgência, com ligação ao hospital da Universidade, a Sr.^a Presidente da ARS também referiu: *"mas como é que o Professor Regateiro pode prometer uma coisa dessas se não tem dinheiro sequer para a urgência dos Covões, como é que tem para Cantanhede?"* mas a Câmara não te que saber como é feita a gestão por parte do Ministério. Afirmou de seguida que até percebe porque é que foi feita uma consulta aberta e não se manteve a urgência, uma vez que a urgência exigia um determinado tipo de profissionais que têm de ser pagos de outra forma, ao contrário da consulta aberta que vai buscar os médicos que estão nas extensões de saúde, desfalcando dias e as horas de serviço nas suas Freguesias, o que não é uma solução. Acrescentou que, quando falou no serviço de urgência, queria referir-se a um serviço que funcione como urgência e que possa, pelo menos até à meia-noite, dar aquele tipo de apoio aos munícipes de Cantanhede, para que não tenham de esperar horas ou dias pela consulta ou então terem de ir para Coimbra. Acrescentou ainda que, a Sr.^a Ministra disse que não estava no plano nacional do Ministério da Saúde um serviço de urgência para Cantanhede, até porque Cantanhede está a 20 minutos

de distância de Coimbra, mas na verdade, há pessoas do Concelho que vivem em locais muito mais distanciados daquele hospital. Disse ainda ter dados da anterior ARS que confirmavam que o serviço de urgência do Hospital de Cantanhede dava cobertura a cerca de 60.000 habitantes e tinha, na ordem dos 110 utilizadores por dia, pelo que seria razoável essa mesma existência. Informou de seguida que, o Sr. Diretor do ACES informou ter enviado uma carta de demissão, na qual apelou a uma melhoria sustentada no desempenho das unidades funcionais do ACES, não concordando com a consulta aberta por não ser um conceito claro. Afirmou perceber o Diretor do ACES, porque se lhe estão a retirar médicos das extensões de saúde e das USF, não consegue dar a cobertura necessária nas freguesias, o que leva depois às queixas que têm havido de estarem fechadas vários dias, porque os médicos estão a fazer a cobertura da consulta aberta. Informou ainda que o Diretor do ACES tinha informado o seguinte: - Que não tinha número suficiente de assistentes técnicos e assistentes operacionais para aquelas extensões, e que, na sua lógica, se conseguisse dar uma assistência de qualidade nas freguesias, no horário certo, poderia eventualmente ponderar que, a partir das 17h00, uma das extensões de saúde poderia ficar aberta até às 20h00, sendo uma das possibilidades que estão a ser trabalhadas; - Que tinha tido reunião com o Hospital, na qual referiu que pretendia uma articulação com as extensões de saúde e com os serviços, no sentido de terem acesso aos meios auxiliares de diagnóstico existentes no hospital; - Que pretendia implementar, o mais depressa possível, um aumento de linhas telefónicas para cada extensão; - Relativamente à delegação de competências, informou ter-lhe enviado o levantamento feito pelos Serviços, o qual fará parte da sua agenda, para que possa também ele, ponto por ponto, ver a contraposição dos números; - Relativamente aos Postos de Enfermagem, considera que têm tido um papel determinante e importante

no apoio, sobretudo às pessoas mais velhas e às que estão mais distantes. Informou, de seguida que está previsto, já com a aprovação da CIM, a chegada de um carro utilizado para intervenções no âmbito da saúde, equipado com material e com os equipamentos necessários, tendo em vista algumas intervenções na área da saúde. Acrescentou que lhe pareceu que o ACES estava recetivo a que esse carro, equipado com as pessoas certas definidas pelo ACES, possa fazer uma escala tendo em vista a proximidade com a população em termos de saúde, possa ser feita de uma outra forma, para que as pessoas que têm essas carências, tenham uma salvaguarda, assim como um grande acompanhamento em termos de contacto direto com as IPSS's. Acrescentou que a Câmara tem um projeto aprovado, no âmbito da ação social, o Cuidin, elaborado pela Faculdade de Medicina, destinado a uma intervenção direta junto dos cuidadores que estão em casa e precisam de ser cuidados, acompanhados e aconselhados. Assim, informou estar recetiva para analisar com o Diretor do ACES, com as extensões de saúde, com o Centro de Saúde, com o Hospital de Cantanhede, eventualmente com o do Rovisco Pais, o que é que é melhor para as populações, percebendo claramente que o país, no momento, do ponto de vista financeiro tem de ser inventivo. Afirmou, de seguida ter já transmitido ao Sr. Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Cantanhede e ao Sr. Diretor do ACES que tem alguma esperança que se arranje uma solução com o objetivo comum de acautelar o munícipe, de forma a que a partir de uma certa hora, não tenha apenas Coimbra para se socorrer. Acrescentou que, no entanto, não se pode deixar protelar mais um ou dois meses essa situação, neste período muito especial do COVID, que todos sabem que ainda não terminou. Afirmou que há que ter um cuidado redobrado em todas as intervenções e saber lidar com a situação porque ainda não se sabe quando existirá vacina. Afirmou novamente estar com esperança de que

aquelas novas parcerias e alterações possam vir a produzir resultados. Relativamente à proposta da bancada do Partido Socialista em estar disponível, afirmou ser bem-vinda, pois tem pessoas perfeitamente conhecedoras na área da saúde e que podem dar contributos, tal como é bem vinda a bancada da CDU ou qualquer outra entidade que esteja por bem.

— O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, afirmou ter ficado muito apreensivo quando ouvi dizer que o Diretor do ACES não concorda com a consulta aberta, sendo certo que o que se tem assistido desde há muito tempo, é a um jogo de empurra entre a ARS e o ACES. Assim, apesar de saber qual a posição da Presidente da ARS e da boa vontade dos atores locais, afirmou que vão continuar a existir opiniões divergentes ao nível das entidades, sem esquecer que o Município não tem qualquer tutela sobre a saúde, apenas tendo lugar no Conselho Consultivo do Hospital Arcebispo João Crisóstomo. Afirmou ser possível formar grupos de trabalho e registou com agrado que a Sr.ª Presidente da Câmara esteja otimista, mas continua a verificar-se o problema de saber quando vai ser aberta a consulta aberta, ou o que vai substituir a consulta aberta para atendimento de casos agudos para não entupir os Hospitais da Universidade de Coimbra. Relativamente ao possível atendimento prolongando nos Centros de Saúde, considerou que seria ótimo, mas para isso seriam necessários um reforço dos recursos humanos nas extensões de saúde. Relativamente ao carro que vai ser enviado, informou que, há 12 anos, o mesmo tinha sido proposto ao Município através de protocolo, para fazer o serviço domiciliário, mas os postos de enfermagem já faziam aquele serviço. Questionou, de seguida, o porquê de não verem o que o Município já implementou há tantos anos, e que está a funcionar bem, como o serviço dos Postos de Enfermagem, que prestam um serviço de proximidade às populações e, reiterou que não podem deixar esquecer o assunto, sendo no momento, a principal

responsável a Ministra da Saúde, seguida da Presidente da ARS e o Diretor do ACES que não concorda com a consulta aberta. Finalmente, questionou se a Assembleia Municipal está unanimemente envolvida naquela questão, porque não se trata de uma questão política, mas de uma questão de dignidade e, como são todos eleitos locais, têm de continuar a tomar uma posição perante as entidades, com educação, com deferência, sem nunca agredir ninguém, mas com voz firme, mostrando que não pode continuar.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.^a Vereadora, Célia Simões, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, a qual afirmou ter ficado admirada com o que disse o Sr. Artur Carvalhinho, profissional da saúde, porque o que está a fazer é científico. Explicou que, se o Município está a usar os testes serológicos foi de acordo com o Protocolo foi feito entre a ARS, a Câmara e a CIM. Acrescentou que os testes são devidamente validados e que existe um protocolo completamente acertado, definido pelo Sr. Delegado de Saúde, defendido pelo Senhor Vice-Presidente da ARS e consistem na avaliação da proteína C reativa, com valores que foram ajustados de acordo com o confinamento ou o desconfinamento. Recordou que o Município nunca levantou o plano de contingência municipal e que os testes foram sempre feitos de acordo também com essa orientação, avaliando ainda imunoglobulina M e imunoglobulina G, compatíveis com a existência de contacto com o Corona Vírus. Recordou ainda que os testes foram feitos, numa fase inicial nas IPSS, por ter sido que era o mais importante, dado o risco das pessoas com idade avançada contrair a doença, e depois passou-se para outras entidades consideradas pertinentes, nunca descurando do munícipe normal, mediante o que foi necessário. Recordou ainda que, à uns seis, sete meses os médicos de família foram sendo solicitados para passarem os testes de zaragatoa a algumas

6

peçoas que precisavam de ser integrados nos lares, para os poderem rentabilizar, mas agora houve um ajuste e, é feito um teste serológico, validado pela senhora Delegada de Saúde, que mediante o resultado a pessoa pode ingressar no lar na época respetiva e pela sua vontade, ficando num período de quarentena, como é feito com todos os utentes que saem do lar para ir a consultas ou para ir ao hospital. Referiu, de seguida que os testes serológicos são feitos nas instituições com o máximo de condições de assepsia, mas também são feitos no Município ou em outro local escolhido, já foi no Salão dos Bombeiros, na GNR e em outros locais de acordo com o plano de contingência e das entidades em causa. Informou ainda que, mediante a alteração num dos parâmetros avaliados pelos testes serológicos, é contactada de imediato a Sr.ª Delegada de Saúde que prescreve o teste zaragatoa, o qual é realizado num período máximo de 24 horas, sendo que depois, as pessoas aguardam o resultado em isolamento de contacto, em casa. Reiterou que os testes são viabilidade máxima e quando dão positivo para imunoglobulina M e G, de facto a pessoa está positiva, no entanto, quando a PCR é positiva, pode se tratar de uma outra situação, uma infeção, uma inflamação, outra coisa qualquer, sendo as pessoas devidamente esclarecidas e alertadas. Afirmou acreditar que toda a gente sabe, que quando é detetada uma pessoa que tem COVID positivo, ou seja, que testa positivo para a doença de COVID, é feito de imediato um isolamento, de seguida é levantada toda a rede de contactos daquela pessoa e, em muitas das situações, se as pessoas usaram máscara, etiqueta respiratória, distanciamento e higienização das mãos, não há necessidade de fazer de imediato o teste, a não ser que tenha sintomas, mas espera-se o tempo de incubação da doença, que pode ir de 5 a 10 dias, mediante a exposição que tiveram com aquela pessoa. Afirmou ainda que, realizar logo os testes que podem vir falsos/negativos não é o que se quer, as pessoas aguardam 7, 10 dias e fazem o

teste, depois aguardam mais 14 dias e fazem os testes que forem necessários fazer até se ter a certeza absoluta e aquela pessoa é colocada de novo na comunidade, no seu ambiente, não indo contaminar ninguém. Por isso afirmou ainda não perceber muito bem o que o Sr. Artur Carvalhinho disse quando disse que não se fizeram os testes, uma vez que não se pode fazer logo o teste, não há essa necessidade, há sim uma necessidade de avaliação concreta, correta, de alto risco, médio risco e baixo risco, das pessoas que estiveram em contacto com uma pessoa que testou COVID positivo. Referiu de seguida que, a situação foi reiterada na sexta-feira na CIM, pelo Dr. Pimentel, que disse que, na existência de uma suspeita de COVID, deve existir isolamento. Relativamente aos testes serológicos, informou ainda que são feitos com equipamentos de proteção individual, devidamente adequada, sendo evidente que, de vez em quando há um braço mais comprido e a manga da bata não cobre tudo ou a luva fica mais caída, mas isso acontece em todo lado. Relativamente às festas e aos surtos no concelho, informou que o Sr. Presidente do ACES, Dr. Luís Biscaia, numa reunião, felicitou a atitude da autarquia por ter feito o acompanhamento de todos os casos de COVID, por ter realizado todos os testes e pela disponibilização, colaboração e a cooperação com as restantes entidades através da Comissão Municipal de Proteção Civil. Acrescentou que essa colaboração inda hoje aconteceu e vai continuar a acontecer sempre que houver necessidade, sendo certo que todos os presentes, eleitos pelo PSD, pelo PS ou pela CDU, estão todos a favor das pessoas do concelho. Recordando que um enfermeiro é formatado para cuidar das pessoas e para defender tudo o que é melhor para as pessoas, afirmou acreditar que o que foi lido pelo Sr. Artur Carvalhinho não corresponde ao que dele conhece, sendo sim política, menos bem concebida. Informou de seguida que as pessoas estão continuamente a trabalhar, sábado e domingo ininterruptamente, não porque o número de casos

positivos de COVID seja importante, mas sim porque importante é efetivamente a proteção da população e a identificação dos casos, para conhecer as cadeias de contactos e limitar, fazendo com que o concelho continue com saúde. Afirmou, de seguida que também a Delegada de Saúde ficou incomodadíssima com o que lhe foram dizer sobre o comunicado do PS, mas continuou a fazer o que têm estado a fazer, porque mais importante do que saber quantos casos positivos existem, é conhecer o foco e atuar, para o bem da saúde das pessoas e do concelho. Finalmente, informou que foram realizados até à presente data 6.000 testes, sendo que nos últimos dias, 643 testes foram realizados ao pessoal docente e não docente das escolas do concelho. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, a qual informou que vai novamente solicitar à Sr.ª Presidente da ARS um ponto de situação relativamente ao que é o entendimento da ARS para a reabertura da consulta aberta. Nesse sentido, afirmou que o Executivo da Câmara ficaria muito mais confortável se saísse da presente sessão uma manifestação de todos os Membros da Assembleia Municipal a solicitar à Sr.ª Presidente da ARS esse esclarecimento, para saber qual a intenção da ARS relativamente à consulta aberta de Cantanhede. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, questionou então, relativamente à questão da saúde, e perante o entendimento do Município, se a Assembleia Municipal também estava confortável para poder subscrever aquele pedido de informação ao Sr. Presidente da ARS, para, no fundo saber quando vai funcionar a consulta aberta, dado as preocupações plasmamos na presente sessão. -----

----- Interveio o Sr. Artur Carvalhinho, afirmando que, se a questão é simplesmente essa, sem juízos de valor, subscreve inteiramente o pedido do Município. -----

—— O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, afirmando que se trata de uma pergunta objetiva e simples, para apenas saber quais são as intenções da ARS sobre a reabertura da consulta aberta. Colocou, de seguida, à votação da Assembleia Municipal a subscrição do pedido de informação a efetuar pela Câmara ao Sr. Presidente da ARS, relativamente à reabertura da consulta aberta no Hospital de Cantanhede, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

—— O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Vereador, Adérito Machado, o qual apresentou os factos em relação aos cortes de pinheiro feitos pelo ICNF: - O incêndio ocorreu no dia 15 de outubro e foi marcada uma reunião no local no dia 30 de outubro com a Junta de Freguesia da Tocha, o Município de Cantanhede e o ICNF, na qual ficou acordado o envio de um mail, enviado no dia 6/12/2017 do seguinte teor: *“Sobre o assunto referido em epígrafe e no seguimento da reunião de 30 de outubro na Câmara Municipal de Cantanhede, somos a identificar o conjunto de ações e trabalhos a desenvolver, confirmadas durante a nossa visita ao local do incêndio, a saber: Execução de Faixa de Gestão de Combustível associada ao parque de campismo da Praia da Tocha; Execução de Faixa de Gestão de Combustível associada à zona industrial da Tocha. Corte da vegetação ardida ao longo da ND335-1 (10 metros para cada lado); Venda e corte dos pinheiros ardidos do parque de merendas das Berlengas (em execução)”*. Deprendendo que após este e-mail o assunto ficou resolvido por parte do ICNF, foi enviada nova comunicação em 16/04/2018, do seguinte teor: *“No seguimento da iniciativa da reabertura do passado sábado na freguesia da Tocha e conforme combinado reencaminho a informação trocada com os serviços do ICNF, para execução do corte da vegetação ardida ao longo da ND335, 10 metros para cada lado. Agradecendo antecipadamente a melhor atenção que certamente dará a este assunto.*

Reiteramos total disponibilidade e o elevado interesse pela parte da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia da Tocha." Informou, de seguida que, depois, em reunião da Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios realizada em 27/09/2018, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Fernando Pais Alves, referiu *"que a situação no perímetro florestal é inadmissível, se o ICNF não pode retirar a madeira queimada, pelo menos podiam deixar a população retirar, uma vez que não tarda estamos na época das chuvas e a mesma vai secar e apodrecer"*, tendo o Sr. Sargento Ajudante, Rui Miguel Cardoso, representante da Guarda Nacional Republicana, questionado o porquê do ICNF não ter retirado a madeira queimada junto dos caminhos, uma vez que decorre da lei que a mesma deve ser removida numa faixa de 25 metros. Respondeu a Sr.ª Eng.ª Inês Lopes que os caminhos existentes no perímetro florestal são caminhos privados do ICNF que até poderiam ser interditados à circulação. De novo, na Comissão Municipal da Defesa da Floresta realizada a 23/07/2019, na sua qualidade de Vereador, alertou para a importância do abate das árvores ardidas junto às estradas, lembrando o acidente ocorrido, fora da área do concelho de Cantanhede, no concelho vizinho da Figueira da Foz, devido à queda de uma árvore ardida na estrada, que originou o despiste de moto quatro e duas vítimas socorridas pelos Bombeiros Voluntários de Cantanhede, tendo solicitado ao ICNF a necessária monitorização e correção da sinalização instalada para condicionamento temporário de acesso, de circulação e de permanência de pessoas e veículos nas áreas e caminhos florestais, uma vez que no concelho de Cantanhede alguma dessa sinalização não está no local e ou se encontra danificada/derrubada. Em 04/07/2020, foi novamente enviado um mail para a Sr.ª Eng.ª Teresa Serra, do seguinte teor: *"Assunto: Queda de pinheiros secos - Ciclovia Praia da Tocha. Sobre o assunto referido em epígrafe remeto para conhecimento, uma foto da situação de queda de*

pinheiro seco na ciclovia da Praia da Tocha (ontem 03/07/2020), solicitando a melhor colaboração de V. Ex.^a para proceder à urgente avaliação e remoção das árvores em risco de queda por forma a acautelar a segurança dos utilizadores do espaço em causa. Certo do melhor acolhimento, reitero a urgência da intervenção atendendo à elevada frequência/utilização da ciclovia referida por parte da população e veraneantes. Em 04/08/2020, um mês depois, enviamos um mail novamente para a Sr.^a Eng.^a Teresa Serra: Assunto: Avaliação e remoção – urgente. Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe e considerando a urgência da avaliação e remoção das árvores em risco de queda, reiteramos o pedido de intervenção a V. Ex.^a, atendendo à elevada frequência/utilização da ciclovia, sita na Praia da Tocha.”, a que aquela respondeu em 06/08/2020 “ Em resposta à comunicação infra sou a informar as árvores se encontram alienadas pelo processo de Hasta Pública a diferentes empresas de madeiras, com contrato estabelecido e as quais já se encontram a executar as operações de exploração florestal. Foi-lhes comunicado para com prioridade abaterem as árvores que confinam e se localizam na faixa de proteção à ciclovia, de forma a salvaguardar a integridade física de pessoas que aí circulam. Contudo, face aos dias de suspensão de trabalhos já decretados ainda não foi possível procederem ao abate desse arvoredo. Contactados os responsáveis das empresas respetivas afirmaram resolver a situação logo que seja levantado o “Estado de “Alerta de Risco de Incêndio”. Conforme se pode verificar, nada foi referido relativamente ao Parque de Merendas, apenas as zonas envolventes à ciclovia, numa faixa de 10 metros, que vem vem solicitando há anos. De seguida, a 19 de agosto de 2020, o ICNF promoveu o abate de mais de 50 pinheiros (bravos e mansos) verdes e saudáveis sem comunicar aquela intervenção à Câmara Municipal e ou Junta de Freguesia, interrompendo a operação após intervenção do Presidente da Junta

Freguesia da Tocha (deixando inclusivamente árvores cortadas junto à ciclovia e pinheiros ardidos e secos em risco de queda) e em 20 de agosto de 2020 a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede solicitou esclarecimentos sobre o corte daquelas árvores à Diretora Regional do Centro do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Eng.ª Maria de Fátima Araújo Reis. Finalmente, informou que, até à presente data, o Município apenas é conhecedor de uma informação toranada pública pelo Jornal "O Público", através de uma publicação em 28 de agosto de 2020 e que A Sr.ª Presidente da Câmara, na presente data, ainda está à espera da resposta. Perantes todos estes factos, concluiui que todos facilmente conseguem verificar qual foi a entidade responsável pelo abate dos pinheiros em causa.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, perante a explicação dada, concluiu que o Município não teve conhecimento daquela operação, na medida em que tudo apontava para um concurso em hasta pública que tinha a ver com a limpeza de ciclovia. -----

----- Respondeu o Sr. Vereador Adérito Machado que foi o que sempre foi pedido, porque a limpeza dos pinheiros secos e queimados na zona que dizia respeito ao parque de merendas já estava em curso no dia 6/12/2017, conforme é referido no mail. Acrescentou que o Município apenas pedia que fosse feito o abate dos pinheiros secos e queimados em 10 metros ao longo da ciclovia e ao longo da Estrada Nacional 335, e não os 25 metros, conforme foi sugeriu pelo Sargento da Guarda Nacional Republicana, para que não caíssem para os caminhos públicos onde as pessoas circulam, mas nada disso foi concluído e, sem explicação nenhuma, no dia 19 de agosto, cortaram os pinheiros, conforme se pode verificar nas fotografias.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, questionou a Sr.ª Presidente da Câmara sobre se, após ter tido conhecimento do que se estava a passar, e que foi amplamente

noticiado na imprensa, teve alguma resposta do ICNF, tendo a mesma respondeu que não.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de seguida a palavra à Sr.^a Maria Manuel Fael, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, recordando que o presente dia, é o último dia definido no calendário escolar para abertura do ano letivo, teceu os seguintes comentários sobre o assunto da educação no concelho de Cantanhede. Assim, reconheceu o esforço hercúleo dos Diretores e equipas diretivas das escolas e dos Agrupamentos do Concelho, em articulação com os serviços concelhios, na preparação da reabertura das escolas em regime presencial, porque, num contexto de pandemia, têm de gerir um manancial de orientações da tutela, quer de educação, quer na saúde. Explicou que, desde abril a setembro saíram sempre orientações que tinham de ler, reler, cruzar com as anteriores, interpretar e que lançam sobre as escolas o ónus de assegurar as condições sanitárias, organizacionais e pedagógicas para o regresso seguro às escolas num contexto de incerteza. No entanto, salientou a forma diferenciada como as escolas têm sido tratadas no contexto COVID-19 porque, enquanto as mais recentes orientações do Governo dizem aos cidadãos para restringirem os grupos em situação de convívio social, cumprindo uma distância de segurança de pelo menos 2 metros, nas escolas, as turmas podem ter 30 alunos e o distanciamento social recomendado dentro da sala de aula é de 1 metro, se possível, apelando à improvisação e à criatividade, no sentido das escolas adotarem soluções para fazer face aos riscos inerentes à situação pandémica que vivida. Uma outra preocupação que partilhou, foi uma decisão, que foi objeto de reflexão do último Conselho Municipal de Educação, onde tem assento como representante dos professores do ensino secundário e que deu origem a uma recomendação distribuída à entrada da presente sessão e que também apresentada

à DGEST e à CIM. Informou, de seguida que essa decisão, que considera infeliz, foi tomada no âmbito do contrato de patrocínio artístico na Academia de Música de Cantanhede, tendo o Ministério da Educação reduzido significativamente o número de alunos financiados, comprometendo assim a resposta educativa do concelho, quando certamente se deseja que seja o mais diversificado e abrangente possível. Acrescentou que aquela decisão, para além de comprometer a modalidade de ensino artístico da música em regime articulado e integrado, deixando vários alunos inscritos sem resposta, é tanto mais estranha quando se verifica, na conferência de imprensa que aconteceu, o reforço de verbas do concurso de contratos de patrocínio em 10.000.000,00 €, demonstrando, dois pesos e duas medidas.-----

— O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu também a palavra ao Sr. José Vieira, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu que, sendo uma pessoa de consensos, considera que a proposta do Sr. José Carlos de Jesus é bem-vinda, pelo que subscreve a decisão de estarem juntos naquilo que é o bem do concelho, com correção, com educação e honestidade, no entanto, afirmou ser evidente que há coisas que são mais políticas e aí divergem quando são opções que têm de tomar em relação a determinadas coisas. Referiu ainda ser evidente que, em termos políticos, às vezes criam-se algumas questões que incomodam e a questão dos pinheiros, enquanto membro da Assembleia e enquanto munícipe, deixa-o com dúvida. Afirmou, de seguida acreditar no que está escrito e no que foi dito sobre a atuação da Câmara, mas na verdade fica aqui com um incómodo e que a informação que obteve foi que o ICNF justificou aqueles cortes com uma doença das árvores. Acrescentou que, o que mais o incomoda na política, é ficar sem saber se a resposta é verdadeira e que, nas redes sociais, normalmente, não critica, nem faz qualquer comentário sobre a Câmara, mas comenta quando é para louvar, conforme todos

viram que louvou a atuação dos bombeiros e o esforço do Presidente dos Bombeiros enquanto tal. Assim, afirmou que devem louvar todo o esforço feito em relação à COVID, porque toda a gente faz esse esforço e embora a questão já tenha sido mais que debatida, colocou algumas questões sobre este e outros temas: - Relativamente ao elencar das propostas da Câmara sobre as medidas para a COVID, que viu nas redes sociais, reparou que no ponto 8 dizia que a Câmara já estava a fazer testes nas instituições, entre as quais a escola e os professores. No entanto, naquele momento, apesar de estar no Agrupamento, não tinha esse conhecimento e só, cinco dias depois, na sexta feira, é que a sua escola foi contactada no sentido de se deslocarem à Casa Francisco Pinto, a partir de segunda feira, para fazerem o teste de COVID. Na altura os professores estavam em reuniões, quase todo o dia com professores de Estarreja, Ovar, Figueira da Foz e Coimbra, não tendo possibilidades de se deslocar a Cantanhede. Acrescentou que no sábado, foram também contactados alguns professores da sua escola, tendo também ele sido contactado por ser coordenador de um departamento, pelo que questionou sobre o critério da escolha dos professores que foram contactados. Questionou ainda sobre o objetivo daqueles testes e sobre o porquê de, no tal comunicado, não ter sido dito que seriam feitos testes serológicos à população docente. Recordou que os testes serológicos servem para se ver a imunidade coletiva e para dar uma pista de quem possa já ter anticorpos, ou seja, que já tenha tido contacto com o vírus, mas não dão qualquer resultado se a pessoa estiver assintomática, sendo que neste caso, apenas os testes com zaragato definem se as pessoas estão doentes ou não; - Relativamente à questão dos transportes, que por sinal já está resolvida, informou que na presente data, leu um comunicado do seu Agrupamento de Escolas, a informar os encarregados de educação que a situação dos transportes não estava resolvida e que os alunos que faltassem às aulas, nestes

dois dias, não teriam falta, portanto. Concluiu assim que, no momento, a escola não tem qualquer informação sobre a resolução daquela situação, sendo uma situação que os professores gostavam de ver resolvida; - Relativamente à questão do canil, questionou sobre o estado das obras que estavam para ser feitas e se está prevista uma campanha de esterilização para evitar o que se vê muitas vezes na rua, nomeadamente, cães e gatos abandonados, muitas vezes mortos por atropelamento, situações que desagradam a qualquer pessoa; - Tendo conhecimento que será inaugurado um novo museu, questionou se está pensado algum programa relacionado com as escolas, porque os museus têm que ir à procura do seu público e não têm de estar de portas abertas à espera do público. Acrescentou que a sua escola e ele próprio, enquanto Professor, recebem todos os meses panfletos dos serviços educativos de vários museus das redondezas, exceto do Museu da Pedra, onde vai frequentemente com os seus alunos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sepins e Bolho, o qual, após cumprimentar todos os presentes, deu as boas vindas ao novo Presidente da Junta de Freguesia de Cordinhã, José Carlos Santos. De seguida, referindo-se ao assunto da saúde na sua freguesia informou que, embora os últimos 3 meses tivessem sido meses de férias, não compreende que, por três vezes, na unidade de saúde de Sepins, havia médico e não havia auxiliar, pelo que não pode fazer consulta porque não tinha quem marcasse a consulta. Acrescentou que, em Cantanhede, na sede, aconteceu mais ou menos a mesma coisa com um utente de Sepins que, por acaso, tem dificuldades motoras, o qual tinha consulta marcada na sede, e quando lá chegou, a auxiliar estava de baixa e a médica disse-lhe que não poderia passar o atestado porque não tinha ninguém para marcar a consulta. Como tanto á foi falado sobre o tema, afirmou estar na altura de atuarem,

e se for necessário indo batalhar para a rua e noutros sítios onde for preciso. Finalmente, recordando que não houve Expofacic e que, por isso as Associações estão um pouco em baixo, informou que uma Associação de Sepins, numa conversa de balcão, teve a magnífica ideia de realizar a Expo Costeleta Recheada Takeaway, nos dois fins de semana que eram afetos à EXPOFACIC e venderam mais de 600 doses, nesses 4 dias, o que foi excelente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual passou a responder às questões colocadas da seguinte forma: - Relativamente aos testes serológicos, informou que foram feitos no sentido de se fazer uma despistagem no início difícil de um ano letivo, para que houvesse algum conforto por parte dos alunos e dos pais, no sentido de saberem que os professores, os auxiliares e os administrativos pudessem estar despistados. Recordou que o teste serológico do PCR deteta quando a pessoa não está positiva, podem contudo ter falsos positivos, isso porque, se os valores obtidos se encontrarem dentro de um determinado tipo de valores de acordo com o estabelecido, está negativo, mas se os valores forem superiores, podem ou não estar positivos e, nesses casos, são comunicados a Sr.ª Delegada de Saúde que, perante os valores, indicará se as pessoas irão fazer o teste da zaragatoa para confirmar se realmente estão positivos. Referiu, de seguida que tem sido bastante útil para fazer uma despistagem das pessoas que assumidamente não estão positivas, mas também já apareceram pessoas assintomáticas, foram testados por terem valores elevados, fizeram o teste da zaragatoa e estavam positivos. Relativamente ao agendamento e aos horários, tem indicação de que, foi solicitado numa reunião do Conselho Municipal de Educação e também às escolas, que indicassem as datas em que poderiam fazer os testes; - Relativamente aos transportes, informou que o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro

Cardoso prestaria de seguida a informação necessária; - Relativamente ao canil, conforme informação do Empreiteiro, o seu terá início na próxima quarta feira. Quanto às campanhas de esterilização, informou que o assunto tem estado em agenda, mas que a questão de COVID tem inibido algumas intervenções no terreno, pelo que, vão ponderar de que forma segura poderá ser dado esse apoio; - Relativamente à proposta sobre os museus, considerou-a muito pertinente, por ser muito importante conseguir fazer a atratividade da parte escolar à parte museológica, fazendo com que o Museu seja visitado e que as pessoas também aprendam, sobretudo as camadas mais jovens; - Relativamente às angústias colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sepins e Bolho, informou tratar-se de falta de assistentes administrativas na estrutura da saúde, falta que a Câmara não pode remediar, ao contrário dos auxiliares que têm sido apoiados por parte do município e das juntas de freguesia, para que não houvesse essa desculpa para que a extensão não estivesse fechada.-

— O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que: - Relativamente aos transportes escolares, que a responsabilidade da sua contratualização é da Comunidade Intermunicipal e que não se trata de uma rede de transportes normal, mas sim uma rede de transporte escolar, recriada permanentemente para dar respostas às escolas. Acrescentou que a CIM poderia ter ativado a mesma rede do ano anterior, tendo as escolas que se submeter aos horários da mesma, mas não foi o que aconteceu. Recordou que se estava perante um ano escolar atípico, com orientações confusas e contraditórias, medidas pouco exequíveis e algumas mesmo impossíveis de concretizar e que levaram a criar um clima desfavorável e de incerteza acerca do desenvolvimento da pandemia, de receio e de apreensão por parte dos pais e professores, tendo o Ministério colocado

para cima dos agrupamentos de escolas, a tarefa de tentar encontrar soluções para resolver uma panóplia de problemas que persistem e que preocupam a todos. Referiu que a segurança, a higiene e a confiança não se constroem com palavras, constroem-se com medidas rigorosas e com um conjunto de procedimentos que estiveram e ainda estão ainda a ser implementados pelos agrupamentos de escolas, constantemente confrontados com vários problemas e com novas orientações. Elogiou de seguida a atuação célere, coordenada e concertada dos diferentes agentes da comunidade educativa, centrada em garantir as condições de segurança e higiene, dando prioridade à prevenção e à minimização do risco de transmissão da doença. Referiu, de seguida que é o Ministério que decide se fecha as escolas, mas todos sabem que é claramente indispensável o regresso ao ensino presencial e que seria catastrófico voltar ao ensino à distância, uno entanto, se não se fecha a escola é refazer os horários para criar condições. Acrescentou que o processo tem sido complicado, sendo a questão dos transportes um problema que a CIM está a tentar resolver com as entidades transportadoras, que como é evidente têm regras. Relativamente ao comunicado que já foi referenciado, informou ser necessário clarificar que, todos os anos há ajustes na rede de transporte escolares e que só ao fim de 3, 4 dias ou uma semana, é que ela é completamente fechada, pelo facto de existirem em cada início de ano letivo, alunos que mudam de turma, sendo necessário ajustar as carreiras aos horários desses alunos, sendo um processo dinâmico. Acrescentou que, por ainda se encontrarem numa fase de acertos de horários das carreiras é que as faltas dos alunos estão justificadas. Informou, de seguida, que o Município está proibido de contratar transportes escolares naquelas situações, porque é uma questão legal de contratação pública, porque há uma entidade responsável pelos transportes, no entanto, colocou um transporte ocasional por um dia, não

podendo fazer mais por imposição legal. Informou ainda que, o papel do Município que ficou assente e definido com os agrupamentos de escola e com as forças de segurança são as condições de transporte e o distanciamento social necessário nos transportes, saber se vão ser cumpridas todas as medidas e intensificar a supervisão e a fiscalização juntamente com as forças de segurança. Referiu que, no momento, forças de segurança, o Município e os Agrupamentos de Escola, estão todos empenhados em, no mais curto espaço possível, continuar a ter um processo dinâmico, mas a segurança e a confiança fazem-se com medidas e não com facilitismo ou alarmismo, que em nada ajuda a que as coisas corram da melhor maneira. Informou finalmente que a Diretora do agrupamento de escolas, já recebeu a informação, para ampla divulgação, de que o problema dos transportes está solucionado, mas terá ainda alguns de ajustes; - Relativamente ao plano de contingência, informou que a Sr.ª Delegada de Saúde, já reuniu com todos os agrupamentos, tendo disponibilizou gente da sua equipa e ela própria para fazer vistorias aos locais para verificação das medidas que estão a ser tomadas. Elogiou de seguida os agrupamentos relativamente às medidas tomadas, porque são muito importantes e porque de facto, não serem alarmistas; - Relativamente à questão do Museu, considerou que todas as propostas e sugestões construtivas são fundamentais e agradeceu a sugestão do Sr. José Vieira. Acrescentou que, atualmente, no panorama museológico, não é possível pensar nos museus sem a questão da dimensão educativa, para além da dimensão museológica, histórica, cultural. Informou, de seguida que o Museu da pedra ganhou um Prémio Nacional referente a geoconservação, no âmbito do projeto educativo que tinha, tendo sido reconhecido a nível nacional. Afirmou finalmente que, com a reabertura do Museu da Pedra, espera ter novidades e respostas ainda melhores porque o Município não quer

repetir o que se fazia, mas, sobretudo inovar e fazer um upgrade das respostas educativas, porque o Museu tem sido ao longo destes 20 anos um parceiro estratégico dos diferentes agrupamentos e dos projetos educativos das escolas aos mais diversos níveis, seja das literacias em termos museológicas previstas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, de seguida a palavra à Secretária da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Anabela Agostinho, a qual passou a ler um comunicado do seu Presidente de Junta de Freguesia, Paulo Santos, do seguinte teor: *"Exmo. Sr. Presidente, da Assembleia, Dr. João Moura, Exma. Sra. Presidente do Município Dra. Helena Teodósio, Exmos. Sr. Vice-Presidente, Dr. Pedro Cardoso, Ex.mos Srs. Vereadores, Exmos. Srs. Presidentes de Junta, Exmos. Srs. Deputados da Assembleia Municipal, Exmos. Srs. Jornalistas Presentes, Exmas. Sras. e Srs. Permitam-me que em primeiro lugar informe esta Assembleia, sobre alguns aspetos da pandemia do COVID 19, que têm afetado todo o país, o nosso concelho e infelizmente, também a União de Freguesias de Portunhos e Outil. Hoje não estou presente na Assembleia Municipal, porque estou doente, em recuperação devido a contágio do vírus Covid 19. Também me atingiu, também testei positivo, também fiquei doente! Assim que tive conhecimento do resultado do teste ao Covid-19, que fiz por minha iniciativa, para tornar mais rápido o controlo de qualquer possível contágio, informei de imediato as autoridades de saúde e as poucas pessoas com quem estive. Tanto quanto julgo saber e com os dados disponíveis, felizmente não contaguei ninguém, nem mesmo a minha família. Quero reiterar que sempre tive os cuidados recomendados para não contagiar ninguém, nem ser contagiado, o que as pessoas de bem desta união de freguesias muito bem sabem. Durante esta pandemia, já lá vão mais de seis meses, além das competências autárquicas, onde nunca descurei as minhas funções nem abandonei o apoio às*

populações, as minhas deslocações foram do trabalho para casa e de casa para o trabalho, tendo-me absterido de frequentar cafés ou restaurantes. Com o mesmo rigor, cumpro escrupulosamente o confinamento a que ainda estou sujeito, nunca tendo saído de casa. Com tanta polémica que se tem vindo a verificar em torno das redes sociais e não só, quero esclarecer as dúvidas de alguns. No passado dia 29 de agosto já depois da hora de jantar, passei num aniversário de uma pessoa amiga de Portunhos, que me convidou a passar por lá a título particular. Não participei em qualquer jantar de aniversário ou num grande evento social. Nessa noite, como habitualmente, jantei em casa com a minha família e passei lá depois, simplesmente para respeitar e homenagear um bom amigo, dando-lhe os parabéns. Quem nunca o fez? É proibido? Havia algum impedimento legal à minha presença? Os eventos comemorativos de natureza familiar estão proibidos? É competência do presidente de junta autorizar a realização de eventos? Como poderia eu saber o número de pessoas presentes, se não o fizeram em simultâneo? Durante o pouco tempo que estive presente, não mais de meia hora, não encontrei dezenas e dezenas de pessoas, conforme se diz nas redes sociais, mas posso afirmar que garantidamente não chegavam às duas dezenas. Antes ou depois não me posso pronunciar porque não presenciei. Isto torna-me criminoso ou mau exemplo?! Não posso ter vida pessoal? Não posso exercer as atividades permitidas aos demais cidadãos? Com tantos exemplos que andam por aí, alguns dos quais são os primeiros a "atirar pedras" só não vê quem não quer! Estou a passar pelo maior enxovalho da minha vida, na rua e nas redes sociais, devido a mentiras e falta de escrupulos de algumas pessoas que nada sabem deste processo, mas que gostam de opinar sem conhecimento de causa. Como se pode afirmar que o aniversário foi um foco de transmissão, quando há factos que parecem evidenciar a transmissão comunitária prévia na localidade de

Portunhos? As próprias autoridades de saúde referiram ser pouco provável que tivesse contraído o vírus no aniversário, atendendo ao tempo de incubação do vírus e ao facto de ter testado positivo imediatamente a seguir. Perante um vírus silencioso e invisível, onde o terei apanhado é uma incógnita, até porque nunca virei as costas às pessoas e ao trabalho autárquico. Sempre respeitei politicamente os adversários, mas a alguns dá jeito enxovalhar-me com recurso à mentira e a politiquices. Tranquilizame que as pessoas de bem desta união de freguesias me conheçam o suficiente e não se deixem enganar por essas tentativas de atingir a minha pessoa e pelos oportunismos políticos que levam muitos a tentar denegrir a minha imagem. Lamento que também em relação aos demais presentes e sobretudo em relação ao aniversariante, haja mais preocupação em os "atacar" do que com a sua condição de saúde. Não há qualquer vergonha, estando mais preocupados em "fazer sangue" do que com a saúde dos atingidos ou em ajudar a controlar a transmissão. Nessa ânsia, forças políticas que deviam estar obrigadas a um dever de responsabilidade, substituíram-se às autoridades das mais diversas áreas e, em simultâneo, investigaram, provaram, acusaram e julgaram. Talvez tivesse valido a pena optarem pela coerência, refletindo sobre as ações dos seus agentes locais ou sobre os eventos que, a nível nacional, organizam e autorizam. Para além do mais, um doente é comprovadamente uma vítima, mas poucas vezes será um criminoso. Sou Presidente de Junta, eleito pelo povo, cuja confiança depositada em mim e na minha equipa me orgulha imenso, pois conhecem bem a minha forma de ser e estar na vida, os valores que defendo, as causas por que luto. Sempre cumpri com as minhas responsabilidades, sempre dei o meu melhor e muitas vezes deixei a minha família para dar aos outros. Não preciso da política para viver ou para atingir outros fins. Enquanto autarquia, tomámos sempre as medidas necessárias para proteger e

ajudar a população a proteger-se da pandemia: com alertas, com avisos, com publicações, com ações no terreno. Colaborámos com as autoridades de saúde, a Câmara Municipal, a proteção civil e várias instituições, sempre que necessário ou solicitado. E assim vamos continuar, dar o nosso melhor para minimizar a transmissão do coronavírus, mas sempre colocando as pessoas e a sua segurança em primeiro lugar. Sr. Presidente peço desculpa por este desabafo, mas já era altura de repor a verdade, mas aqui nesta casa e, como diz o ditado "quem não se sente não é filho de boa gente". Muito Obrigado. Paulo Santos - Presidente da Junta da União das Freguesias de Portunhos e Outil."-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, referiu que, uma vez que já se falou sobre o assunto, o depoimento do Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Portunhos e Outil, deveria fazer a todos refletir sobre a postura que devem ter perante estes acontecimentos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu ainda a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes, efetuou o seguinte comunicado: *"Em nome da freguesia, venho pelo presente agradecer o apoio do município toda a disponibilidade e empenho para fazer esta candidatura um sucesso. É uma candidatura da freguesia de Ançã, freguesias limítrofes e do próprio concelho. Da nossa parte, fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para que fosse honrado este património. Mais uma vez, afirmámos as riquezas e valores da nossa terra e do nosso concelho. Durante todo o dia, em concreto, na RTP, a arte da pedra de Ançã foi divulgada e projetada. Deu-se a conhecer esta matéria-prima de excelência como se realizou muita da arte que hoje é património da Humanidade e através dela a nossa terra, região e concelho. Temos de estar orgulhosos deste pilar identitário, que deixou uma marca única na arquitetura e*

escultura em Portugal que agora se recolocou na boca do mundo e no conhecimento coletivo, reforçando também o papel do Museu da Pedra no concelho. Em nome da freguesia de Ançã, promotora desta candidatura, mais uma vez, obrigado a todos. As regras do jogo são as que são e aceitámo-las desde o início, sabendo que as vantagens desta candidatura serão sempre maiores. Conseguimos projetar e dar a conhecer ao país esta nossa riqueza um pouco esquecida. Estamos por isso, todos de parabéns. Muito obrigado a todos. Viva a Pedra de Ançã. Permitam-me também enaltecer novamente o contributo do município e dos seus técnicos, assim como os presentes e ausentes que contribuíram com o seu voto para o sucesso desta candidatura. Aproveito também para informar e para pedir à boleia desta candidatura, a Junta da Freguesia apresentou ao município, uma mão cheia de medidas que gostávamos de ver abraçadas para benefício de todo o concelho, a saber: criar em Ançã um museu de memória desta pedra com a preservação de uma pedreira, que serviria também como um complemento ao Museu da Pedra, ao museu Machado de Castro e outros e dos muitos monumentos que na região de Coimbra exibem as obras de arte, onde a pedra de Ançã tinha sido matéria-prima e aproveitar também a parte escolar; Apoio para elaboração de um livro sobre pedra de Ançã, aproveitando o largo acervo documental existente sobre a mesma, incluindo também o roteiro fotográfico identificativo das inúmeras obras de referência feitas com a pedra de Ançã espalhadas pelo país e a Europa; Criação de um monumento de homenagem a pena e a memória dos canteiros com longo do tempo extraíram a pedra de Ançã, escultores e artífices que a transformaram em obras-primas e também todo o património de um valor histórico incalculável que foi com ela produzida e espalhada; Criação de uma zona de proteção e defesa na zona histórica de Ançã, com a obrigatoriedade de manter cantarias, soleiras, escadas e demais elementos decorativos nesta pedra, quer em

obras novas, reconstruções ou remodelações. Por último, criar um evento destinado à projeção da pedra de Ançã e dos trabalhos nessa matéria prima um pouco à semelhança do que já se fez no primeiro Simpósio realizado em Cantanhede. Estas medidas que consideramos serem essenciais e uma obrigação para a promoção e memória deste, que é um dos pilares identitários, não só da freguesia de Ançã, como dos limítrofes e do próprio concelho.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Maria Teresa Bento, a qual, relativamente aos testes serológicos ou por zaragatoa, considerou que numa epidemia desta envergadura, mais importante que as máscaras, o gel, os testes e a possível vacina é a informação, informação a mais precisa possível, tendo em conta os conhecimentos científicos existentes no momento. Referiu de seguida que, como não percebe nada de vírus, tentou saber mais junto de quem percebe. Assim, face ao que é dito por um dos principais virologistas do país, Pedro Simas, os anticorpos do vírus SARS começam-se a produzir no organismo e podem ser detetados a partir do sete dia, sendo mais provável no décimo quarto dia, ou seja, alguém que esteja infetado no primeiro, segundo ou terceiro dia que faça um teste serológico não tem possibilidade nenhuma de puder dizer, *"eu não tenho COVID"*. Referiu que, já várias lhe disseram *"fui ao Xico Pinto. Fiz um teste, não tenho COVID, posso ir ver a minha mãe ao lar"*. Como não será bem assim, solicitou que fossem informadas as pessoas que estão a fazer um teste serológico que, apesar do resultado do teste ser negativo, não podem concluir de imediato que não estão infetadas, nem vir para a comunidade dizer: *"eu posso ir ao lar, eu posso estar com a minha mãe, eu posso estar com um doente de risco, porque não estou infetado"*.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Vereadora, Célia Simões, a qual referiu que, relativamente aos testes serológicos, todas as

peessoas que chegam à casa Francisco Pinto já sabem o que vão fazer, mas o mais importante não é o teste, mas sim as medidas, nomeadamente, nunca retirar a máscara, ajustá-la completamente à cara, nunca tocar com as mãos na máscara e se o fizerem desinfetar ou lavar de imediato as mãos e seguir a etiqueta respiratória e o distanciamento. Reforçou que, aquelas medidas são, de facto, as medidas que qualquer virologista recomenda e são fundamentais para não haver contágio, sendo exatamente o que diz às pessoas que vão à casa Francisco Pinto ou quando vai a outros locais. Referiu ser evidente que, há sempre tendência de mexer na máscara, seja para ver se está bem colocada, bem adaptada, mas é um defeito que deve ser corrigido porque, efetivamente, o mais importante para combater aquele vírus são as medidas, como por exemplo usar só a nossa caneta, desinfetar se se usar outras em outros locais ou outras superfícies. Referiu ainda uma medida que tem repetido nestes últimos dias, nomeadamente, aos professores que, obrigados a usar a máscara a aula inteira, numa sala pequena e fechada, começam a ficar cansados e precisam respirar. Nesse caso, quando precisarem respirar, aconselhou a que saiam para a rua, num local onde não passe ninguém, retire a máscara pela asa, respire e volte a colocá-la, e caso sinta que a máscara está húmida, deverá retirá-la, colocá-la no lixo e usar outra máscara. Novamente referiu serem estas as medidas fundamentais, além de outras, como chegar a casa e retirar os sapatos, tomar banho, por a roupa para lavar, sem ter quaisquer contactos com as pessoas que estão em casa. Relativamente aos testes por zaragatoa serem feitos assim que se conheça algum contacto, confirmou não poder ser porque, conforme foi referido pelo Sr. Artur Carvalhinho, o vírus tem um período de incubação, que os virologista calculam que seja entre 5 e 14 dias, ficando numa média 7 a 10 dias, sendo neste período o momento ideal para o fazer, se não houver sintomatologia. Acrescentou que o teste de zaragatoa é um teste que valida

contágio, ou seja, não há falsos positivos e quem testar positivo tem a doença COVID-19. Nesse caso será necessário a deteção da cadeia de contaminação e isolamento para todos. Informou ainda existem também os falsos negativos, conforme referiu a Sr.ª Maria Teresa Bento, que são feitos logo a seguir, sem tempo de incubação da doença ou quando o teste não foi feito corretamente. Relativamente aos testes serológicos que têm sido feitos nos últimos dias a toda a comunidade escolar, esclareceu ter sido uma decisão da autarquia, no sentido de serem feitos mais perto da abertura do ano escolar. Acrescentou que, apesar de não serem 100% certos, os professores, os seus auxiliares, toda a comunidade escolar, não sai de lá sem ser devidamente informada, sem ter a certeza absoluta de que aquele teste não é uma decisão de que não está contaminada, no entanto, por vezes o que ouvem não foi bem aquilo que foi dito, sendo uma questão da comunicação. Deu de seguida uma explicação pormenorizada dos dois testes que são feitos na Casa Francisco Pinto após a recolha de uma gota de sangue. Referiu que o primeiro tem como objetivo avaliar a capacidade que o organismo tem para se defender nas questões do meio ambiente e que, caso o resultado for superior a 10, o sujeito é obrigatoriamente encaminhado, dentro de 24 horas, para o teste da zaragatoa, conforme protocolo existente com a Delegada de Saúde. Referiu ainda que, o segundo teste rápido faz a avaliação da hemoglobina M e G, compatíveis com a existência de contacto de corona vírus ou da SARS-COV 2 que provoca a doença COVID-19, sendo que se houver uma alteração a um dos três parâmetros avaliados pelo teste, o sujeito segue para zaragatoa, ficando em isolamento até ser contactada pela ARS para indicação do local para fazer o teste. Voltou a referir que a informação é dita, quantas vezes for necessário. Informou ainda que o contacto feito com os professores foi feito pelos Diretores dos agrupamentos ou por alguém em que eles delegaram e foi

disponibilizado o sábado e o fim de semana, por ser mais perto da abertura da escola, porque era impossível disponibilizar pessoal e recursos para fazer tudo num só dia. Assim, começaram no Sábado com o Agrupamento de Escolas Gândara Mar porque se disponibilizaram a para ir lá no sábado e depois seguiu-se o Agrupamento de Escolas Lima de Faria. Informou ainda que existe uma plataforma da ARS onde têm de registar os resultados que também é submetida à avaliação da Delegada de Saúde, agradeceu a todas as pessoas que se disponibilizaram para fazer os testes ao fim de semana e referiu quem não os pôde fazer porque estava em reuniões, só tem que avisar da sua disponibilidade com antecedência, para se poderem organizar e testar também essas pessoas. Referiu ainda que, no momento, o resultado dos testes de zaragatoa, já não é "positivo" ou "negativo", mas sim "detetável" ou "não detetável" à data da realização do teste e não à data da receção do e-mail com o resultado ou da informação. Afirmou, de seguida, estar preocupada com realização dos testes que são feitos noutros locais e não nos laboratórios aos quais a Delegada de Saúde tem acesso, porque seria importante que o resultado, especialmente se fosse positivo, fosse depois comunicado a toda a deteção da cadeia, para que se conseguisse detetar de facto e poder agir em conformidade com aquilo que é o isolamento e com as medidas necessárias. Finalmente, agradeceu a intervenção da Dr.^a Maria Teresa Bento que veio possibilitar estes esclarecimentos um pouco mais aprofundados.——

—— O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Artur Carvalhinho, o qual referiu que, enquanto profissional de saúde, não discute a questão dos testes serológicos, porque, como disse a Sr.^a Vereadora, Célia Simões, há virologistas com várias opiniões. Afirmou de seguida que, considera que tudo o que ajudar a combater a pandemia é útil e que subscrevo o que foi dito pela Sr.^a Maria Teresa Bento, quando disse que a informação é muito importante. Referiu ainda

considerar importantes os testes de diagnóstico da zaragato, mas não concorda que se tenha de esperar 4 ou 5 dias para fazer o teste, porque acha que é fundamental precocemente detetar os casos. Relativamente ao comunicado do Sr. Presidente de Junta de Freguesia da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Paulo Santos, a quem endereçou a sua solidariedade, referiu que todos estão sujeitos ao que lhe aconteceu, que tem muito respeito por sua pessoa enquanto munícipe e cidadão, mas não se pode esquecer que também tem o cargo de Presidente de Junta e que tem responsabilidades políticas. _____

----- Não existindo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da ordem do dia. _____

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»:** _____

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da documentação entretanto entregue. _____

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 2 - «Eleição dos Órgãos Sociais da ABAP – Associação Beira Atlântico Parque e BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia / Para conhecimento»:** _____

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que decorreram as eleições para os órgãos sociais da ABAP e do BIOCANT, deixou uma palavra de agradecimento ao anterior Presidente, o atual Presidente da Assembleia Municipal, João Moura e a todas as pessoas que o acompanharam nos diversos órgãos sociais daquelas associações e recordou que foram anos de grande desenvolvimento ao nível da investigação e da parte tecnológica, sobretudo, numa fase difícil de encaminhamento para aquela reestruturação que hoje já é uma realidade. No momento, espera, tal

como as pessoas que estão a acompanhar aquele processo, poder numa outra realidade, reformular os conceitos e continuar a projetar Cantanhede através daquelas associações de referência. Informou, de seguida que, ao criar aqueles novos órgãos sociais, pretende-se alargar o conceito, sendo que, como todos sabem, a gestão do Parque, no momento, está por conta do BIOCANT Parque S.A., entidade privada, mas continua a ter várias funções relacionadas com a Microbiologia, com candidaturas a decorrer e de uma forma geral e pretende ter com uma abordagem diferente de uma maior proximidade à população, concretamente com as escolas. Relativamente à ABAP, informou ter sido entendido que deveria haver uma continuidade de algum tipo de elementos, nomeadamente, da Universidade de Coimbra e da Universidade de Aveiro mas também fazer um alargamento a três tipos de entidades, elementos das direções de escolas do concelho, associações com algum destaque, nomeadamente a ADELO e ainda ao nível político pelo que ficará ela própria a presidir o BIOCANT, o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso a presidir a ABAP, para além de outros vereadores de todas as forças políticas do executivo como será o caso da Sr.^a Vereadora, Célia Simões, do Sr. Vereador Eng.º Jorge Santos e do Sr. arquiteto Gonçalo Magalhães. Ainda numa tentativa de proximidade à população, foram convidados dois Presidentes de Junta de Freguesia, o Presidente da Junta de Freguesia de Murteide, Carlos Fernandes, um porque tem formação profissional na área da farmácia e a Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, por ter formação na área da gestão. De seguida, transmitiu que aqueles dois órgãos ficaram constituídos da seguinte forma: - Da ABAP, No Conselho de Administração, Presidente - Pedro António Vaz Cardoso, Administradores - Pedro Casalta Martins de Castro e Marise Pessoa, na Assembleia Geral, Presidente - Professor Dr. Eduardo Anselmo Castro, Vice-Presidente da Universidade de Aveiro, António Santos da

ADELO e secretário o Sr. Vereador arq.º Gonçalo Magalhães, no Conselho Fiscal, Dr. Euclides Carreira que tem acompanhado o BIOCANT e a ABAP desde a sua origem, a Vereadora Célia Simões e o Dr. José Soares, Diretor do Agrupamento Lima de Faria;

- No BIOCANT, no Conselho de Administração, ela própria como Presidente, administradores, Carlos Fernandes e a Prof.ª Dr.ª Joana Branco, uma investigadora também do BIOCANT que vai acumular estas funções, é uma peça importantíssima pelo conhecimento profundo que tem naquela área, na Assembleia Geral, o Dr. Euclides Vieira Pires, da Universidade de Coimbra que tem acompanhado também o processo desde a sua origem, Carlos Sousa da ETPC e o Vereador Eng.º José Santos, no Conselho fiscal o Dr. Euclides Carreira, Dr. Mário Fidalgo da ADELO e a Dr.ª Sandra Martins, também outro elemento que acompanha a criação do BIOCANT desde a sua origem. Informou ainda que, o objetivo é repensar as duas associações, em projetos diferentes, num contexto diferente, encontrando-se já a decorrer várias candidaturas extremamente importantes, serão brevemente anunciadas e que são de âmbito geral, porque se tratam de duas entidades que fazem parte estrutural do grupo autárquico, juntamente com a INOVA e que se pretendem projetar e desenvolver em várias áreas do próprio município. _____

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordou que, durante muitos anos assumiu os cargos de Presidente do Conselho de Administração das duas Associações, de qual o Município é maioritário e afirmou que, felizmente o atual executivo percebeu o alcance da manutenção daquelas duas Associações. Acrescentou que, nestes últimos dois anos o paradigma mudou, tendo sido consolidada a parceria com o privado que ficou com a gestão do Parque, no entanto, sempre se entendeu que aquelas Associações se devem manter, por um lado porque alguns projetos ainda decorrem do encerramento do atual quadro de apoio

comunitário, por outro lado, porque são Associações que, de alguma forma, representam o Município. Afirmou, de seguida, que o Município tem e deve estar presente naquilo que é a realidade do Parque porque, se amanhã por qualquer motivo for necessário, por exemplo, a construção de mais um edifício, são aquelas Associações, privadas e sem fins lucrativos, que têm legibilidade nos quadros comunitários de apoio, com incentivos a fundo perdido, que podem alcançar os 85%. Assim, em cada edifício com equipamentos que podem ir de 3 a 6 milhões de euros, apenas utilizarão 15% de capital próprio para fazer mais um edifício, em vez de gastarem 100% do valor do projeto. Referiu ainda para informação da Assembleia que, no acordo que foi celebrado com a entidade privada, está aprovada uma candidatura que será executada por aquela entidade privada, cujo valores superam os 4 milhões de euros, para a construção de mais um edifício para o BIOCANT, para a expansão e consolidação do Parque e a possibilidade de trazer mais pequenas empresas que terão um início de atividade nos laboratórios desse novo edifício. Falou também na vertente do núcleo industrial do BIOCANT que tem trazido e vai trazer mais um investimento superior a 20 milhões de euros de uma empresa alemã que se irá instalar no futuro Parque. Acrescentou ser aquele olhar atento que o Município e em particular a Sr.^a Presidente da Câmara, deverá ter e olhar para aquilo que é a zona industrial que está debaixo da alçada do Município e, simultaneamente, na outra vertente que tem a ver com a tração industrial de empresas de tecnologia onde o BIOCANT é o principal foco de atratividade. Afirmou o seu contentamento pelo facto da atual Presidente da Câmara ter percebido aquela mensagem, no fundo de o ter substituído no BIOCANT e quanto ao Dr. Pedro Cardoso que já era Vice-Presidente na outra associação, por ter ficado como Presidente da ABAP. Afirmou ainda acreditar que vão continuar a fazer aquele trabalho, sendo certo que as coisas irão evoluir e

irão fixando gente jovem, altamente qualificada, bem como novas empresas, mesmo numa situação de pandemia. Recordou, de seguida, que já lá vão duas décadas, tendo o primeiro edifício sido inaugurado em 2005, e que o Parque vai continuar a crescer, sendo o Núcleo Industrial do BIOCANT que fará o fecho do perímetro do próprio BIOCANT e do projeto em si. Afirmou que, para ele foi talvez o maior desafio da sua vida em termos profissionais, pois quando lhe lançaram o desafio de vir até à política e vir até às origens, foi exatamente o processo do Parque Tecnológico, no qual também teve o privilégio de ter estado desde o início, o fez tomar uma decisão de mudar radicalmente a sua vida, embora mantenha o vínculo à Universidade através de uma licença de cedência de interesse público. Afirmou não se ter arrependido e que faria exatamente o mesmo trajeto, pois verifica-se no meio disto tudo, que Cantanhede consegue afirmar-se por ter inovação e ter tecnologia, por ter trazido a Universidade de Coimbra para Cantanhede com um investimento de cerca de 15 milhões, sendo o caminho a seguir. Finalmente, deu os parabéns ao Executivo por perceber aquela mensagem e continuar a fazer aquele trabalho.

— A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

— **Passou-se de seguida ao Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) de Ançã, Febres, Tocha e Praia da Tocha»:**

— O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que seria a Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso a fazer a apresentação do assunto.

— O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual informou tratar-se da estratégia seguida pelo Município para a requalificação do ambiente urbano, para a melhoria das

infraestruturas e o desenvolvimento económico e social naquela perspetiva, fundamental num desafio de 15, 20 e 30 anos, perante os indicadores de casas devolutas existentes, do próprio envelhecimento populacional, da importância de tornar os núcleos urbanos atrativos, fortes, dinâmicos, para que isso implique a fixação de pessoas. Acrescentou ser fundamental apostar na reabilitação urbana, pelo que a ARU, para além de grandes linhas de requalificação e revitalização do tecido urbano, da reabilitação do edificado e da requalificação das infraestruturas, pretende constituir também uma oportunidade para quando abrirem programas de financiamento e de apoio possam de imediato ser uma mais valia naquelas candidaturas por estarem sustentadas por aqueles programas estratégicos de reabilitação urbana que vão ser feitos a partir da ARU. Assim, informou que, a primeira fase foi iniciada com a cidade de Cantanhede, muito focalizada no PEDU e que se traduziu num conjunto de obras estruturantes fundamentais, que estão a decorrer e que são uma mais-valia a cidade, sede do concelho. Agora, o que se apresenta é direcionado a Ançã, Tocha, Febres e Praia da Tocha, e a etapa seguinte será novamente direcionada à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça propriamente dita, e de seguida às restantes Uniãos de Freguesia. Informou ainda que aqueles programas estratégicos de reabilitação urbana trazem também benefícios fiscais e que seria o Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, Dr. Serafim Pires e o Chefe da Divisão de Gestão de Território e Sustentabilidade Ambiental, Dr. Paulo Marques, presentes na sessão, a explicar o presente ponto, uma vez que são lideram um conjunto de equipas que todos os dias dão o melhor para prosseguirmos a ambição de ter os melhores indicadores de qualidade aos vários níveis e em termos de urbanismo no concelho.--

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, Serafim Pires, o qual, após cumprimentar todos

os presentes na sessão, informou que a reabilitação urbana é um dos instrumentos e que, após uma rápida consulta no site da DGOT, verificou que em 2013 havia cerca de 120 ARU e neste momento há 994. Acrescentou que tem um regime específico muito próprio, fixado num diploma legal, que depois se articula com outros do planeamento e Ordenamento do Território, nomeadamente, com o regime jurídico dos instrumentos de planificação territorial, que permite de facto, por um lado reabilitar o edificado e, por outro lado fazer uma qualificação de infraestruturas e equipamentos no território urbano. Recordou, de seguida que, em Cantanhede existe uma ARU, na cidade de Cantanhede, não em todo o perímetro urbano da cidade, só numa parte, a qual tem tido bons resultados. Agora, numa segunda fase, o Município pretende delimitar a ARU de Ançã, Febres, Tocha e Praia da Tocha, independentes, apesar de estarem num único documento, mas que depois funcionarão como quatro instrumentos independentes, e, numa terceira fase, as ARU de Cantanhede e Pocariça, Covões e Camarneira, Sepins e Bolho, Portunhos e Outil, Vilamar e Corticeiro de Cima, Cadima, Cordinhã, Murtede, Ourentã, Sanguinheira e São Caetano, para se tentar ter em todos os perímetros urbanos das freguesias, uma delimitação que permita utilizar aquele instrumento em reabilitação do edificado e o investimento e qualificação das infraestruturas. Informou de seguida que, para tal, no momento vão ser delimitados os perímetros das ARU e, na fase seguinte, definir as ARU, ou seja, as operações de reabilitação urbana em concreto, definir em concreto o que é que deve ser feito, o que que deve ser investido, o que é que deve ser recuperado através de um programa estratégico de reabilitação urbana. Acrescentou que o documento é sistemático porque permite a intervenção em infraestruturas públicas, ao contrário da ARU simples que se destina à recuperação de imobilizado. Explicou de seguida a ARU, na sua definição, tenta assegurar a reabilitação de

edifícios urbanos degradados, melhora as condições de habitabilidade, promove a valorização do património cultural, qualifica e integra áreas urbanas especialmente vulneráveis, requalifica espaços verdes e promove a criação de melhoria de acessibilidades. No caso concreto, destina-se à recuperação urbana, com a funcionalidade dominante habitacional, mas também pode ser ao nível das infraestruturas públicas, na questão do estado da conservação do edificado. Acrescentou que o edificado tem de ser constituído por edifícios com mais de 30 anos, à partida edifícios que já têm uma vida bastante ultrapassada e precisam de ser requalificados para o seu conforto, a sua qualificação ambiental, a sua consolidação urbana na continuidade espacial, a sua legibilidade dos limites, a sua facilidade no reconhecimento do espaço e do contínuo edificado, a sua centralidade urbana. Informou existir ainda um património classificado de acordo com valores patrimoniais, culturais e naturais. Quanto à ARU de Ançã, informou que se pretende requalificar os principais arruamentos, requalificar e reabilitar a envolvente da Capela de São Bento, requalificar a zona ribeirinha de Ançã e dinamizar e promover a reabilitação do tecido urbano degradado, através de incentivos para os proprietários, remover alguns elementos dissonantes e requalificar a envolvente antiga da Igreja e apanha uma parte do núcleo do lugar de Granja. Relativamente à ARU de Febres, informou que se pretende, requalificar os principais arruamentos, o mercado de Febres e a sua envolvente, a Praça Florindo José frola, o espaço da Junta de Freguesia para o Museu do Ourives Ambulante, valorizando uma atividade que projetou a Freguesia de Febres, a requalificação ambiental e turística do sistema lagunar, a requalificação do património, nomeadamente, a Casa Gandaresa, a ampliação do equipamento de ensino da Escola Básica de Febres e ainda dinamizar a parte do tecido urbano mais degradado. Em relação à ARU da Tocha, informou que se pretende requalificar o

Largo Central, a Lagoa dos Teixoeiros, promovendo a capacidade turística, a educação ambiental, a requalificação do edifício da Escola Básica da Tocha, promover e reabilitar o tecido degradado e, requalificar a área do Hospital, Rovisco Pais, recuperando a sua área residencial e promovendo a requalificação da casa Gandaresa, criando uma rede de casas que dê fundamento e suporte à procura turística. Ainda relativamente à ARU da Praia da Tocha, pretende-se, para além da requalificação da Avenida Dr. Silva Pereira, a reabilitação do património edificado da zona de expansão norte, apoiar na parte arquitetónica dos apoios de praia, no núcleo de arte xávega e promover o surf, criando os meios necessários para a promoção do surf como uma oferta de desporto mar/praias a implementar, responder à procura de uma segunda habitação na oferta de alojamento, requalificar o parque de campismo e dinamizar o tecido urbano degradado removendo também alguns elementos dissonantes do edificado. Para tal, informou que, para além do investimento público do Município que irá ser devidamente identificado, estruturado e quantificado, existirão incentivos aos benefícios da reabilitação, com acesso a vários programas nacionais, desde o IFRRU, o Porta 65, o Reabilitar, entre outros programas de arrendamento. Informou ainda que os incentivos e benefícios fiscais são uma componente obrigatória da ARU, prevendo a isenção e a redução de impostos, nomeadamente, do IMI, das mais valias, dos rendimentos prediais, do IRS, do IVA, do IMT e também de algumas taxas urbanísticas. Referiu ser uma componente obrigatória, porque ser uma forma de financiamento de recuperação, apesar da perda da receita municipal, mas que, obviamente, é compensada pelo seu interesse público na reabilitação do edificado. Referiu ainda que as isenções são as definidas por Lei ou por regulamento municipal, trabalho esse que o Município terá que fazer, pois é obrigatório nos termos da Lei das Finanças Locais. Deu, de seguida uma explicação sobre como é feita a da operação

urbanística da reabilitação da ARU, desde uma primeira vistoria, a qualificação do imóvel, a verificação, a uma segunda vistoria com atribuição para verificação do nível do estado de conservação tendo em vista comunicar às Finanças qual é o nível de incentivo que o cidadão terá direito. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Ventura, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, questionou, relativamente aos sistemas lagunares de Febres e da Tocha, se os terrenos teriam que ser obrigatoriamente urbanos.-----

----- Respondeu o Sr. Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, Serafim Pires, que os sistemas lagunares de Febres e da Tocha estão qualificados como urbanos e podem ter mais ou menos capacidade construtiva. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.^a Maria Teresa Bento, a qual, referiu que, conforme percebeu, a ARU destina-se a edifícios privados que estejam dentro de uma área de reabilitação e aos quais serão dados incentivos, tendo o proprietário vantagens, se o fizer. Acrescentou que tinha pensado falar sobre o assunto dos prédios devolutos no ponto sobre o IMI, mas como se está a tratar de um instrumento de gestão urbanística, recordou que, desde a aprovação do CIMI em 2003, este quase que obriga os proprietários dos prédios devolutos a realizarem obras ou pelo menos a não os manterem devolutos, prevendo que, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, possa criar zonas de pressão urbana, onde existem edifícios devolutos. Acrescentou que, entendem-se por edifícios devolutos os edifícios que não têm consumo de água, eletricidade e comunicações durante um ano, sendo as empresas de distribuição de água, luz e comunicações obrigadas a informar as Câmaras Municipais até ao mês de outubro, sobre os consumos dos prédios incluídos na zona de pressão urbana, aos quais serão

aplicadas taxas apropriadas de IMI e para obrigar a que esses edifícios tenham alguma utilidade e que não continuem devolutos. Referiu ainda que, como todos sabem, o centro de Cantanhede tem imensas ruínas e casas abandonadas que estão a impedir que o centro de Cantanhede se reabilite pelo que, quando começou a ouvir a explicação dada sobre a ARU, pensou que poderia estar ligada à delimitação da zona de pressão urbana, que poderia ser um instrumento útil e fundamental, para se conseguir convencer os proprietários das casas a fazerem obras. Afirmou que, assim, em vez de dizer aos proprietários que *"se vocês fizerem obras, têm benefícios fiscais"*, poder-se-ia dizer que *"se não fizerem as obras, não tem benefícios fiscais, mas vão ser penalizados fiscalmente"*, o que poderia ser uma forma mais rápida e mais justa, porque um edifício em ruínas no centro de uma cidade, prejudica a toda a comunidade. Voltou a dizer o mecanismo já existe desde a aprovação do CIMI, ou seja, desde 3003, que alterado em junho com o Decreto-lei n.º 67/2019, mas que explica exatamente como é que a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal a criação de zonas de pressão urbana, como é determinado se o edifício está devoluto ou não está devoluto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, relativamente à cidade de Cantanhede, uma vez que a ARU já está definida e que, no momento, grande parte das obras de reabilitação urbana de origem do Município já estão ao abrigo da ARU que já foi aprovada para a cidade, que está no plano estratégico de desenvolvimento urbano, aprovado em termos de fundos comunitários com comparticipações no máximo de 85%, o que é extremamente aliciante para qualquer Município. Informou ainda que, em anteriores mandatos, o Município tentou sempre ir pela parte positiva e, no momento, se um particular avançar com projetos de recuperação de habitações

na cidade, pode candidatar-se através de financiamento do IFRU e pode ainda usufruir de IVA a 6% para a obra, em vez dos 23%, para além de que, em Cantanhede as taxas urbanísticas também já estão mais baixas. Acrescentou que, também há proprietários que podem não ter possibilidades para poder requalificar e, ou vendem ou deixam as edificações degradar-se, o que é mau, assim, esta medida poderá eventualmente fazer movimentar o mercado e fazer as pessoas ponderarem a alienação das edificações, quando não têm essa possibilidade.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, Serafim Pires, referindo que, uma coisa é têm de ser definidas quais são as zonas de pressão e depois aplicar taxas penalizadoras em função dos edifícios serem devolutos e do estado dos edifícios, já outra coisa é quando, dentro dos edifícios devolutos que decorre do RGEU, a necessidade da eventual demolição de prédios quando não oferecem segurança pública. Acrescentou que, nesse caso, já não tem a ver pura e simplesmente com zonas de pressão, edifícios degradados, pois a degradação é tal que oferece perigo público e então aí há obrigação de demolição. Relativamente às áreas de reabilitação urbana informou que o regime prevê uma série de instrumentos jurídicos possíveis e adequados para tratar cada caso individualmente. Deu como exemplo que, um edifício com qualificação de interesse municipal ou de interesse regional, se o edifício estiver na ARU, a sua recuperação pode ser imposta coercivamente porque está previsto naquele regime jurídico de recuperação urbana, existindo mesmo vários instrumentos que podem levar chegar à expropriação em caso de necessidade. Referiu, de seguida que a questão dos edifícios degradados é um problema nacional, também devido à desertificação urbana por todo o país, sendo extremamente difícil combatê-lo, sendo as ARU uma ajuda para promover e incentivar as pessoas recuperem.-----

—— Voltou também a intervir o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual agradeceu a observação e o contributo da Sr.ª Maria Teresa Bento. De seguida referiu que, de facto, une-os a todos a preocupação com a questão da reabilitação e da recuperação daqueles edifícios que são um problema para a qualidade do ambiente urbano. De seguida, referiu que a estratégia que o Executivo continua a preferir e pela positiva, dando uma mudança de paradigma, fazendo sentir sobretudo às gerações mais novas que é possível, que é melhor e que é mais rentável no sentido de ser também mais favorável do ponto de vista económico, apostando na reabilitação. Recordou, de seguida que, quando ainda não estava envolvido nesta questão há muitos anos, o antigo GTL foi muito positivo e foi uma grande aposta. Afirmou, de seguida acreditar que, esta visão estratégica pela positiva de apostas, apesar da predominância ser o investimento público do município, assiste-se já a vários projetos privados porque os investidores também ganham confiança e percebem as vantagens deste tipo de oferta, mexendo com a questão da construção para bem do concelho. _____

—— Voltou a intervir a Sr.ª Maria Teresa Bento, afirmando que o centro da cidade se encontra quase vazio, pois existe imensa construção dispersa e os loteamentos nos arredores apesar de mais caros, desertificam o centro da cidade. _____

—— O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, o qual referiu que, antes de existir a operação urbanística para a zona de Cantanhede que está a decorrer, cujo contrato foi assinado em 2014, com um valor que superava os 6 milhões de euros, já existiam incentivos que tinham sido aprovados em Assembleia Municipal, relativos à questão da reabilitação urbana, também pela positiva e com a componente pedagógica de estimular os proprietários a fazer reabilitação dos prédios para venderem, para alugarem, para habitar, podendo ter, por exemplo, isenção de IVA durante uma série

de anos. Acrescentou que, estes instrumentos que agora permitem a ARU na cidade e agora também nas vilas de Febres, Tocha, Ançã e também na Praia da Tocha, reforçam esse conjunto de incentivos para os proprietários se sentirem estimulados. Recordou que, quando foi Presidente de Câmara e iniciou o processo, no primeiro momento, não apareceu ninguém na cidade de Cantanhede a querer fazê-lo, mas no momento, a situação parece estar a modificar-se, porque é uma oportunidade única. Reforçou que, uma coisa são os incentivos que poderão existir, outra coisa são as opções políticas que a Assembleia Municipal tem de aprovar por proposta da Câmara Municipal sobre eventuais penalizações sobre o edificado que está em ruínas no meio, por exemplo, da cidade de Cantanhede. Reforçou ainda que, se num primeiro momento se procurou estimular pedagogicamente que as pessoas pudessem fazer uma operação de reabilitação, permitindo que usasse de seguida a edificação como habitação, para alugar ou para vender, agora há um incentivo que será único e irrepetível. Referiu também que, se um dia o Executivo e a Assembleia Municipal entenderem que se deve passar a uma segunda fase, em que a reabilitação seja obrigatória sob pena, por exemplo, do IMI, ser drasticamente superior, tal como aconteceu recentemente em Coimbra, serão opções políticas que deverão ser debatidas. Recordou ainda, quando há uns anos atrás, os arquitetos do Departamento de Urbanismo estudaram a reabilitação da Rua dos Pescadores na Praia da Tocha, ex-libris da região, numa praia que tem aparecido nos jornais e nas revistas como das dez melhores do país, verificou-se que, feito o projeto para cada casa, apresentado o projeto à Associação de Moradores da Praia da Tocha, esta fez a campanha junto dos proprietários e, apesar das obras serem apenas nas fachadas dos prédios, nenhum proprietário se propôs a fazê-las, mesmo com o incentivo do Imposto Municipal sobre Imóveis durante alguns anos. Acrescentou que aquelas obras eram apenas nas

fachadas das casas da Rua dos Pescadores, para ficarem com alguma uniformidade, colocando no tijolo ou na parede pintada, madeira e com isso dar-lhes um aspeto diferente, tornando a Praia da Tocha ainda mais bonita.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) de Ançã, Febres, Tocha e Praia da Tocha»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que, o **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Limpeza de Pedras e entulho no Leito da Ribeira»**, o **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Construção de WC's no Parque das Sete Fontes»**, o **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Obras de Domínio Público no lugar de Lapa»**, o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Reparação do autocarro da Junta de Freguesia»**, o **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Aplicação de placas toponímicas»**, o **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Arranjos exteriores do Largo da Capela e Posto de Turismo da Varziela»**, o **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação do Largo Central de Vilamar»**, o **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à**

Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / 1.º Semestre 2020» e o Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação de subsídio atribuído à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Execução de Pontes na Malhada» tratam de atribuições de subsídios às Juntas de Freguesia, pelo que sugeriu que fossem analisados conjuntamente e de seguida votados individualmente, à semelhança do que já foi feito em anteriores sessões.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que todos os subsídios que vai referir, são subsídios porque as Juntas de Freguesia se substituíram à Câmara em intervenções que eram assumidamente municipais, disponibilizando-se para as fazer. De seguida, informou cada subsídio atribuído, nomeadamente: - Um subsídio de 10.000,00 € à freguesia de Ançã, para a intervenção na Ribeira de Ançã, validado em função dos documentos de despesa apresentados; - Destinado à construção de WC no Parque das Sete fontes, para dar apoio a toda aquela zona do parque e parte fluvial, um subsídio à freguesia de Ourentã orçamentado em 16.174,50 €.; - Destinado a obras de domínio público no lugar da Lapa, um subsídio no valor de 10.462,40 € à freguesia de Ourentã; - Destinado à reparação do autocarro da Junta de Freguesia da Tocha, um apoio para o arranjo do autocarro da Junta de Freguesia, no valor de 2.721,32 €; - À União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, para a aplicação de placas toponímicas no valor de 2.835,12 €; - Destinado aos arranjos exteriores do Largo da Capela e Posto de Turismo da Varziela, um subsídio no valor de 2.152,50 € à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça; - Para a requalificação do Largo Central de Vilamar, um subsídio no valor de 9.409,50 €, à União das Freguesias de Vilamar

e Corticeiro de Cima; - Destinados aos postos de enfermagem, referente aos pagamentos efetuados pelas Juntas de Freguesia aos enfermeiros, à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia da Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia de Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã, para o primeiro semestre de 2020, de aneiro a Junho, o total de 9.913,29 €; - Destinado à execução das pontes na Malhada, a retificação do subsídio já atribuído à União de Freguesias de Covões e Camarneira, porque a intervenção das duas pontes estava orçamentada em 96.394,78 € e a empreitada ficou em 84.753,11 €, sendo necessário descabimentar a diferença de valor.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Limpeza de Pedras e entulho no Leito da Ribeira»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 4 - **«Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Limpeza de Pedras e entulho no Leito da Ribeira»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Assim, passou de seguida ao Ponto 5 - **«Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Construção de WC's no Parque das Sete Fontes»**.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 5 - **«Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Construção de WC's no Parque das Sete Fontes»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da**

proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Obras de Domínio Público no lugar de Lapa»;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Obras de Domínio Público no lugar de Lapa»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto n.º 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Reparação do autocarro da Junta de Freguesia»;**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 7 - « Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Reparação do autocarro da Junta de Freguesia »**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Aplicação de placas toponímicas»;**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocada à votação o **Ponto 8 - « Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Aplicação de placas toponímicas»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Arranjos exteriores do Largo da Capela e Posto de Turismo da Varziela»;**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 9**

- «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Arranjos exteriores do Largo da Capela e Posto de Turismo da Varziela», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação do Largo Central de Vilamar».-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação do Largo Central de Vilamar», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / 1.º Semestre 2020».-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / 1.º Semestre 2020», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da

proposta de retificação de subsídio atribuído à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Execução de Pontes na Malhada».-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação de subsídio atribuído à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Execução de Pontes na Malhada»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de não aceitação de delegações de Competências para os Órgãos Municipais / Saúde – ano 2021».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, a partir do próximo ano irão transitar para o Município competências nas seguintes áreas: ação social, proteção civil, cultura, património, habitação, áreas portuárias ou marítimas, áreas urbanas, desenvolvimento turístico e económico não afetos à atividade portuária, praias marítimas e fluviais e lacustres, informação cadastral, gestão florestal e áreas protegidas, transportes e vias de comunicação, estruturas de atendimento ao cidadão, policiamento de proximidade, proteção e saúde animal, segurança dos alimentos, estacionamento público e mobilidades e afins de jogos de fortuna e azar. Acrescentou que, no que diz respeito ao Município de Cantanhede, não será assim tanto quanto parece, mas há a questão da saúde e da educação. Relativamente à questão da saúde, informou que irá remeter ao Sr. Diretor do ACES o levantamento efetuado pelo Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, Dr. José Negrão e pela Sr.^a Vereadora, Célia Simões, a todas as extensões e centros de saúde do Município, confrontando os valores que foram mandados pela tutela. Acrescentou que esse levantamento já foi remetido à Tutela, não tendo o Município ainda recebido qualquer

resposta. Informou, de seguida que o valor que a tutela diz que transitaria para o Município, em março de 2022, seria de 324.364,00 € por ano, quando as contas feitas pelos Serviços ascendem a 1.086.756,87 €, nomeadamente, cerca de 499.000,00€ relacionados com as instalações e cerca de 260.000,00 € relacionados com a parte da execução no do dia-dia, existindo um grande desfasamento. Informou ainda que a proposta da tutela prende-se com o Município ficar responsável pelos assistentes operacionais, melhor dizendo, por 9 trabalhadores que somam o valor de 109.000,00€, quando no terreno se constata que realmente há 9 trabalhadores a tempo indeterminado, mas há 11 trabalhadores noutras situações que não constam das contas do Ministério. Acrescentou que não contabilizaram a extensão de saúde do Bolho, a qual também tem gastos e consumos, que ao nível dos imóveis próprios ou dos imóveis arrendados, os valores são iguais e que há diferença para menos nos recursos logísticos, isto é, nos serviços de limpeza, nos apoios de vigilância e segurança. Outra questão é o valor da despesa das extensões de saúde com táxis e outros meios de deslocação, que apontam para 67,00 €, quando o valor dado pelos profissionais das extensões de saúde é de 24.000,00 €. Já para a manutenção de elevadores, a diferença é enorme, para a manutenção do ar condicionado é sete vezes menos e o pagamento de rendas e outros encargos, é igual. Informou ainda que não foram contabilizados os valores necessários para a beneficiação e requalificação dos imóveis, quando todas as extensões de saúde do concelho necessitam de beneficiação, tendo os serviços técnicos feito uma avaliação de cerca de meio milhão de euros para esses trabalhos de beneficiação. Afirmou, de seguida ser evidente que, como disse ao Dr. Biscaia, que o Município quer ficar com as transferências, mas com um processo de parceria naquelas situações. Com tudo isto, afirmou que o Executivo não pode aceitar uma intenção de transferência da tutela que

vai onerar o orçamento municipal, e sem discutir aceitar uma coisa que não está bem definida. Finalmente, informou novamente que o valor apurado pela Município foi de 1.086.756,87€, face ao valor apresentado pela tutela de 324.364,00 €, sendo que meio milhão de euros é para recuperação no primeiro ano, o que significa que nos anos seguintes, caso as obras sejam feitas, o diferencial já passaria a ser de 586.778,00€. Assim, perante aquelas contas, o Executivo entende que, sem qualquer resposta da tutela, ou seja do Ministério da Saúde, não pode aceitar daquela forma a transferência de competências na área da saúde.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordou, por analogia, o que aconteceu há 20 anos atrás, quando pela a primeira vez, foram delegadas competências dos Municípios na área da educação, tendo os Municípios aceite e, posteriormente, não repararam no logro em que tinham caído, pois as contas que tinham sido feitas pelo então Governo, eram bem inferiores à fatura que se seguiu para os Municípios. Referiu, de seguida que, neste caso o Município de Cantanhede fez o trabalho de casa, e concluiu que os valores apurados chocam com os que foram fornecidos pelo Estado, o que não considera correto mas, em 2022, quer queira, quer não queira, o Município irá levar com aquelas competências todas, se nada for feito. Referiu de seguida que, a reabilitação sobre a qual a Sr.^a Presidente falou representa cerca de meio milhão de euros e, no final de contas, o Município terá que a fazer, tal como já aconteceu na educação, nomeadamente, na EB2,3 quando se substituiu ao Estado, para retirar o amianto e fazer as obras. Finalmente, afirmou ter sempre existido uma enorme desconfiança do poder local em relação ao poder central, nada tendo a ver com partidos, nem com quem está no Governo, pelo que têm que estar atentos e resistir até às últimas, devidamente fundamentados, porque não é correto.-----

— A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio acrescentou que, nos cálculos feitos para a saúde, não foram considerados a renovação do parque informático, os gastos em comunicações e as reparações do imobilizado.-----

— O Sr. Presidente João Moura, recordou o que aconteceu com a limpeza da envolvente ao Centro de Saúde, quando o Sr. Presidente do ACES disse que não tinham rubrica para limpar aquela envolvente e a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia mandou efetuar aquela limpar. Acrescentou não fazer sentido que, na orçamentação da ARS Centro, não haja uma verba para mandar proceder, duas vezes por ano, à limpeza daquele Centro de Saúde, tão bonito, no qual se gastaram milhões em 2007 ou 2008. Recordou ainda que, quando o Município se prontificou a tomar conta daquela área em frente ao Centro de Saúde, através de um protocolo, o Ministério da Saúde e a Direção-Geral de Património e Finanças exigiu cento e tal mil euros, quando a intenção desse protocolo seria em colaboração o Ministério da Saúde e a Santa Casa da Misericórdia, ali fazer um parque verde ou um jardim público, justificando o investimento do Município de Cantanhede na esfera pública e não investindo numa propriedade que não lhe pertencia. Finalmente recordou que o Sr. Artur Carvalhinho, da bancada do partido socialista, no período de antes da ordem do dia, já procedeu à leitura de um declaração de voto destinada a este ponto da ordem do dia.-----

— O Sr. Presidente, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. José Vieira, o qual afirmou concordar em absoluto com a intervenção do Sr. Presidente da Mesa e e entender que naquelas condições é complicada a transferência de competências. Afirmou ainda ser apologista de que deveriam ser feitas aquelas transferências, uma vez que são inevitáveis em 2022, sendo apenas uma questão de tempo. Assim, afirmou que, agora por princípio teria de votar daquela forma, no entanto, lhe parece

que a tutela tem uma espécie de dupla versão. Explicou que, sendo no momento a maioria dos municípios do P.S., verifica-se que o partido do poder está a propor a esses mesmos municípios que sejam prejudicados e que possam perder a seguir as eleições. Sendo otimista, acredita tratar-se de uma espécie de braço de força com os municípios, e que depois, existirão verbas para resolver aquelas questões. Relativamente à questão dos terrenos em frente ao Centro de Saúde, recordou que, na altura a proposta foi feita ao Governo PSD que não aceitou e recusou a proposta da Câmara.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa referiu que na sua intervenção teve o cuidado de dizer que o assunto tem atravessado transversalmente vários governos e recordou que a Associação Nacional de Municípios Portugueses, na qual teve o privilégio de pertencer ao último Conselho Diretivo, na sua maioria socialista, na fase final nunca aceitou as transferências de competências. Acrescentou existir realmente uma dicotomia, pelo facto da maioria dos partidos políticos que estão no Governo e a ANMP e, pelo facto de, a maioria dos municípios, também serem no momento socialistas, o que completamente deitado para segundo plano quando se fala no poder central e no poder local.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de não aceitação de delegações de Competências para os Órgãos Municipais / Saúde – ano 2021»**, tendo este sido aprovado por maioria com 23 votos a favor e 7 votos contra.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de não aceitação de delegações de Competências para os Órgãos Municipais / Educação – ano 2021»**.-----

— O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou ter sido eleita para defender os interesses de Cantanhede pelo que não irá prejudicar o orçamento municipal por causa de uma determinada cor política. Referiu, de seguida que, relativamente aos outros municípios, não saber que contas fez o Governo, mas sabe as de Cantanhede e os valores não batem certo com a realidade. Assim, voltou a afirmar que não irá prejudicar o orçamento municipal, porque foi eleita para defender os seus interesses, não para fazer favores a qualquer partido, nem a qualquer Governo, seja ele qual for. Acrescentou que o mesmo se passa com a educação, embora que, curiosamente, neste caso, grande parte dos valores batem certo em termos da execução e do dia a dia, e se fizerem as obras, mas existem algumas discrepâncias no que diz respeito à parte de funcionários. Acrescentou ainda não estar a entrar em linha de conta com os ajustamentos que o Município vai ter de fazer ao nível do pessoal e que já se encontra a fazer, preparando já uma equipa de intervenção o futuro. Relativamente às escolas, informou que o valor que a tutela apresenta é de 2.642.790,41 €, mas o levantamento efetuado pelos serviços foi 9.759.680,63 €, valor que já foi apresentado exaustivamente à anterior Secretária de Estado. Informou já ter pedido uma reunião com o Ministro da Educação ou com o Secretário de Estado, na qual pretende que lhe digam para o Município avançar com as obras como fez na EB 2,3, como fez na extensão de Saúde de Febres, substituindo-se ao Ministério, que lhe digam qual é o fundo ao qual o Município se poderá candidatar, e o Município fará os projetos e orientará a obra, mas no mínimo, que sejam dados dos capitais, pois o Município não pode pagar do erário 7.000.000,00 € para as escolas do concelho, quando estas são da responsabilidade do Estado. Recordou que Cantanhede tem a pior Secundária da região dito reiteradamente, processo atrás de processo, reunião atrás de reunião, mas

quando falou com o Secretário de Estado ou com o Ministro ninguém ouviu nada, não conseguindo entender porquê. Informou ainda, ter estado numa reunião em Tábua onde a Sr.ª Ministra da Coesão disse que vai haver 5.000.000,00 € para a região e para que os Municípios se preparem para apresentar projetos. Ora, é o que se quer efetivamente, mas será que Cantanhede terá direito a alguma coisa ou, mais uma vez, se esqueceram? Apelou de seguida aos Membros da Assembleia Municipal com ligação direta ao Partido, que façam sentir que podem estar a prejudicar os municípios, ao retirar milhões dos cofres municipais, o que é inoportuno e reafirmou que, não pode aceitar estas transferências de competências nos moldes propostos. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordando que, em 2022, aquelas competências terão que ser aceites, afirmou já ter questionado se será constitucionalmente aceitável o Parlamento legislar e o poder local ter que aceitar, quer queira, quer não queira.-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informou que está atenta a qualquer hipótese de financiamento naquela área.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, afirmou que tudo se poderia resolver na próxima década porque existem 60 mil milhões de euros entre a finalização do atual do fundo de resolução de apoio e o próximo quadro comunitário de apoio, conforme foi dito, na televisão há um ou dois dias, pelo Primeiro-Ministro António Costa. Acrescentou que será um grande desafio para Portugal, porque na última década, a média de utilização de fundos comunitários tem sido de cerca de três mil milhões de euros por ano e, agora, para uma década, existirão 60 mil milhões para gastar, o dobro da verba que Portugal dispôs até agora. Afirmou esperar que esse dinheiro seja bem aplicado, é sendo uma responsabilidade do Estado, que o Governo central saiba

utilizar aqueles fundos comunitários e que os disponibilize na área da educação, brevemente, para que se acabe com aquela questão. —————

—— A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, referiu que não se sentiria bem com ela própria se o Município tivesse aceite aquelas delegações de competências, se já tivesse tirado do orçamento municipal valores, investido com capitais próprios e depois, de um momento para o outro, ou o Governo aceitava fazer as intervenções ou havia candidaturas. Voltou assim a afirmar que ao aceitar aquelas competências seria prejudicar o erário público em milhões, pelo que irá lutar até à última, para saber se existem ou não condições de avançar com aquelas obras com fundos comunitários ou através do Governo. —————

—— O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. José Carlos de Jesus, o qual afirmou que há que subscrever o que foi dito, de viva voz, tão intensamente e sentidamente pela Senhora Presidente, pelo que a bancada do PSD irá, naturalmente, votar favoravelmente a presente proposta de não aceitação, porque de facto, falta seriedade, falta diálogo e ainda porque compete a quem gere o erário pública ter muito respeito pelo dinheiro público. —————

—— O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Aidil Machado, a qual questionou sobre a veracidade da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal ter recebido um convite do Estado para retirar o amianto das escolas. ————

—— Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio ser verdade, tendo sido um protocolo com a presença de dois ou três Ministros, mais outros tantos Secretários de Estado, pelo qual a Câmara se disponibilizou a efetuar aqueles trabalhos, estando já os projetos a avançar para a abertura do concurso para retirar o amianto dos edifícios do Estado. Recordou de seguida que, os equipamentos da

responsabilidade do Município, nas escolas, nos jardins, nos estabelecimentos e equipamento municipal já não têm qualquer amianto, porque já foi todo retirado.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de não aceitação de delegações de Competências para os Órgãos Municipais / Educação – ano 2021»**, tendo este sido aprovado por maioria com 23 votos a favor e 6 votos contra.-----

----- Após a votação, a Sr.^a Ana Margarida Maia procedeu à leitura de uma declaração de voto subscrita pela bancada do Partido Socialista, do seguinte teor: *“Entendemos que a aceitação da delegação de competências para os órgãos municipais no ano de 2021 na área da educação é uma decisão que deve ser tomada em prol da descentralização do estado para o poder autárquico, da solidariedade e proximidade com a população do nosso município. Como dissemos no anterior ponto quanto a essa questão relativamente à saúde, também na educação a delegação de competências do governo central para autarquias é dos maiores, senão o maior desafio que é colocado aos municípios e entidades intermunicipais. Cremos que este é o caminho para atuar junto da população e da comunidade escolar procurando respostas para os diversos problemas e situações, simples ou complexas, com que a educação se depara diariamente no nosso concelho. Tudo isto com evidentes ganhos de proximidade, rapidez, eficácia na execução e na gestão do dia-a-dia das comunidades escolares e seus intervenientes. Assim, a bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Cantanhede, vota contra a não aceitação da delegação de competências para os órgãos municipais na educação no ano de 2021.”*-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da 2.^a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2020»**.-----

— O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a proposta em causa tem essencialmente a ver com quatro situações, uma delas sendo a já falada reestruturação orgânica, nomeadamente, a questão das chefias, muitas que já estavam contempladas e outras que foram criadas. As outras situações prendem-se com pessoas que rescindiram o contrato e pessoas que se aposentaram ou que estão na perspetiva de se aposentar, pelo que se estão a esvaziar algumas áreas essencialmente na parte dos assistentes operacionais da brigada de intervenção de colocação de tapete e das brigadas dos caminhos vicinais, havendo a necessidade de reforçar essas brigadas. Assim, informou que se devem preparar para reforçarem aquelas áreas, sobretudo ao nível dos assistentes operacionais, porque a sua gestão e neste momento já é difícil, bastando pensar nos jardins ou nas escolas onde os Presidentes de Junta têm uma intervenção muito direta, no acompanhamento de todos os equipamentos municipais, e ainda com a perspetiva do que possa vir com as delegações de competências.-----

— Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2020»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

— **Passou-se de seguida ao Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2021, a liquidar em 2021 e relativa ao exercício de 2020»**.-----

— O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, no contexto da pandemia, as contas que vão sendo feitas dia a dia já ascendem a cerca de 600.000,00 €, não só em

aquisições, mas também contabilizando as verbas que o Município isenta e deixa de receber, nomeadamente, relacionadas com os concessionários, as feiras e as esplanadas. Acrescentou que os testes, os EPI's e os desinfetantes, foram adquiridos para consumo próprio, mas também para entrega. Mencionou ainda uma área muito mais sensível, que é a das famílias que, cada vez mais, solicitam o apoio necessário a diversas carências, sendo a mais gritante, a questão alimentar, sendo que já somam mais de 400 famílias a serem acompanhadas pela ação social, para além das existentes anteriormente, número esse que se encontra em constante crescimento. Assim, entende que deve seguir as orientações do Sr. Primeiro-Ministro no sentido em que parte dos impostos deve ter um efeito social, cobrando-se a quem pode pagar para redistribuir para aqueles que não o podem fazer. Tendo obtido consentimento por parte do Sr. Presidente da Mesa para falar já do **Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2021, a liquidar em 2021 e relativa ao exercício de 2020»**, do **Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da Taxa de Derrama a liquidar e cobrar em 2021 e relativa ao exercício de 2020»**, do **Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), a liquidar em 2021 e relativa aos rendimentos de 2020 e do Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2021 às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo / Aplicação da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas)»** efetuou as seguintes explicações: - Relativamente ao IMI, recordou que a taxa varia entre 0,45 e 0,3, sendo que, se a taxa fosse a máxima, o Município

arrecadaria mais 1.146.404,00 €. Informou, de seguida que o Município está com a taxa de 0,38, o que é bastante abaixo, e que não a vai subir, continuando com a redução máxima da taxa de IMI em função do agregado familiar, portanto, de -20,00€ para os agregados com 1 dependente, -40,00 € com 2 dependentes e de -70,00 € para 3 ou mais dependentes. Informou ainda que todas as implicações que já foram faladas relativamente à questão, por exemplo, da ARU, irão forçosamente baixar todas as receitas municipais, conforme tanto o Sr. Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro, como o Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo têm alertado, uma vez que regulamento das isenções que estão a elaborar, vai ter como consequência um corte bastante significativo nas receitas do Município; - Relativamente à derrama, informou que, também no contexto da pandemia, é um apoio que o Município quer dar às empresas, para além da questão das esplanadas, da água, do saneamento e dos resíduos, porque aquele imposto não se destina às empresas que tiveram problemas, mas às empresas que tiveram lucro, uma vez que incide sobre o lucro tributável. Acrescentou que, felizmente, no contexto COVID, nem todas as empresas estiveram mal e algumas viram até o seu negócio diversificado, infelizmente outras não. Portanto, considerou que deve haver um certo equilíbrio em termos de Justiça, pelo se propõe a taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a 150.000,00 €, a taxa de 0% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto, do IRC, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00 € e ainda a isenção de pagamento de derrama, novamente à SANINDUSA, por ter sido uma das empresas que ficou completamente destruída aquando dos incêndios e ainda não está em condições de começar a laborar; -

Relativamente à participação do município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, a liquidar do ano 2021 e relativamente aos rendimentos 2020, informou que se iria manter a taxa de 5%. Saliou de seguida que, conforme a análise feita no outro mandato por um vereador do Partido Socialista, ele próprio chegou à conclusão de que uma descida daquela taxa tinha um significado residual. Saliou ainda que, as famílias que até um determinado rendimento não pagam IRS, pelo que aquele imposto apenas atinge as famílias com maiores rendimentos, incidindo cada vez mais sobre as pessoas que mais recebem; - Relativamente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, recordou que durante muito tempo não foi cobrada, sendo de 0% porque as empresas entendiam que iria sempre onerar o utilizador. No entanto, a partir do momento que a Lei foi alterada, e aquela taxa passou a ser paga pelas próprias entidades fornecedoras dos serviços, o Município começou a cobrá-la, tendo arrecadado, em 2019 o valor de 9.239,29 €. Assim, informou finalmente que a proposta é a fixação em 0,25% para a taxa municipal de direitos de passagem para o ano 2021.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2021, a liquidar em 2021 e relativa ao exercício de 2020»**, tendo este sido aprovado por maioria com 22 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção.-----

----- Após a votação, a Sr.^a Teresa Bento procedeu à leitura de uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do Partido Socialista, do seguinte teor: "A bancada do Partido Socialista considera mais uma vez que a opção por uma taxa de IMI que não seja a mínima legal e muito superior à média do distrito de Coimbra, é reflexo de uma política que vê os contribuintes como fontes de receita e não como

peças que seria suposto servir. Uma taxa de IMI mais baixa, atrairia novos residentes, implementaria na economia local e ajudaria a reverter as dificuldades da população do concelho que foram bastante agravadas neste período de pandemia global.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da Taxa de Derrama a liquidar e cobrar em 2021 e relativa ao exercício de 2020».**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da Taxa de Derrama a liquidar e cobrar em 2021 e relativa ao exercício de 2020»**, tendo este sido aprovado por maioria com 22 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), a liquidar em 2021 e relativa aos rendimentos de 2020».**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), a liquidar em 2021 e relativa aos rendimentos de 2020»**, tendo este sido aprovado por maioria com 22 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção.-----

----- Após a votação, o Sr. José Vieira procedeu à leitura de uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do Partido Socialista, do seguinte teor: *“A Câmara Municipal de Cantanhede decidiu fixar com participação variável do Município de Cantanhede relativa aos rendimentos, a taxa máxima permitida de 5%. Os deputados eleitos pelo PS na Assembleia Municipal defendem uma redução na taxa*

de participação variável do IRS em 2% quando a taxa máxima é de 5%. Tendo consciência que esta proposta implica uma redução desta receita, mas representa também uma redistribuição desses valores pelos agregados familiares do Município, abrangidos pela medida, apoiando sobretudo quem, por razões da pandemia teve os seus rendimentos reduzidos, sabendo ainda que muitas famílias estão a passar por grandes dificuldades. Uma gestão eficiente do orçamento municipal permite realizar investimento ao mesmo tempo que permite também aliviar as famílias e empresas no que se refere à fixação de taxas sem comprometer a estabilidade orçamental. O argumentário utilizado em anos anteriores pela bancada do PSD de que "os impostos representam uma carga muito grande", mas que "não são mais do que uma forma de financiamento do Município para levar a cabo o seu plano de desenvolvimento" para dar "melhor qualidade de vida às pessoas" também é passível de ser questionado. A melhor qualidade de vida é sem dúvida uma questão subjetiva: se por um lado o desenvolvimento do município pode influenciar a referida qualidade de vida, por outro é inquestionável que o reforço financeiro dos munícipes e famílias a melhorará. Será que não havia condições para ir mais longe nos benefícios fiscais aos munícipes? O município de Cantanhede continua a ser um dos que mais altas taxas pratica. Pelos factos acima referidos, os deputados eleitos pelo PS nesta Assembleia Municipal votam contra a presente proposta de fixar com participação variável do Município de Cantanhede relativa aos rendimentos de 2020, a taxa máxima permitida de 5%."-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2021 às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo / Aplicação da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas)».-----

— Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2021 às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo / Aplicação da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas)»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

— Passou-se de seguida ao **Ponto 20 - «Informação do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município de Cantanhede reportada a 30 de junho de 2020, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro / Para conhecimento»**:-----

— O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Camara, Helena Teodósio, a qual antes demais, demonstrou dando alguns exemplos que, com as implicações da aceitação das competências, quer na área da Saúde, quer na área da Educação e ainda com propostas de impostos ainda mais baixos, o orçamento sofreria um grande arrombo, pelo que há que ter muito cuidado na forma como se fazem as opções, por muito que as pessoas têm a sua bandeira política e tenham indicações de que devem votar contra. Reforçou que muito tem a ver com o desenvolvimento da cidade e do Município, porque há áreas que têm objetivamente que ser bem ponderadas. Relativamente à análise das contas, informou que a Sr.ª Auditora, depois de ter feito a sua análise ao documento, concluiu que, dos mapas de execução orçamental não resulta a existência de situações anómalas a reportar. Pelo exposto, deixou uma palavra de apreço à divisão financeira e transmitiu Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro que o Município tem uma equipa de grande qualidade, que alerta para o que se podem ou não fazer, conforme as decisões a tomar.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da 3.^a (Revisão) alteração orçamental modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2020»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que esta 3.^a alteração tem a ver essencialmente com a criação de rubricas novas, umas ligadas a candidaturas, outras às questões da plurianualidade. Deu como exemplos, ligados a candidaturas, a prestação para serviço da redução e prevenção do insucesso e abandono escolar, candidatura financiada do município que está a decorrer diretamente com as escolas, o projeto CUIDIN, para apoiar e cuidar do cuidador informal, um projeto em parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e a candidatura submetida para a requalificação do Bar da Praia da Tocha. Deu como exemplos ligados à plurianualidade, a remodelação e beneficiação da Escola Secundária Lima de Faria, e também da escola da Tocha e ainda a construção e beneficiação do estaleiro. Acrescentou que aquelas criações de rubricas ou alterações em termos da plurianualidade, constam do orçamento do ano de 2020, continuando a ser cumprido o equilíbrio orçamental, uma vez que a diferença entre a receita corrente e o somatório da despesa corrente, com o valor médio das amortizações dos empréstimos de médio longo prazo, apresenta na mesma um saldo positivo de 1.760.648,65 €. Antes de terminar, em nome do executivo, agradeceu à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede pela disponibilização do espaço, tendo permitido fazer a presente Assembleia, presencialmente, como os pareceres das entidades que devem realmente opinar sobre o assunto. Desejou, de seguida que todos continuem a ser

cuidadosos, transmitindo uma imagem de cuidado, de exemplo e que, todos os presentes e correspondentes famílias se cuidem, agora com o reinício das aulas, pois todos os cuidados são poucos. Acrescentou que a situação pandémica está longe de estar ultrapassada, bastando olhar para os números do mundo e de Portugal, mas o contributo tem que ser mesmo de todos pelo que apelou a que todos continuem a lutar fortemente, retirando alguma carga em termos partidários e unindo esforços em prol da população de Cantanhede.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 21 - « Apreciação, discussão e votação da 3.ª (Revisão) alteração orçamental modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2020»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 27 votos a favor e 7 abstenções;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu novamente a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, conforme o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, já referiu, no dia 13 de outubro será realizada uma Assembleia Municipal Extraordinária, para a eleição do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Explicou de seguida que, nesse dia, vão existir duas votações, não só a do Presidente que vai ser nessa sessão da Assembleia Municipal convocada para o efeito, e que decorrerá em simultâneo em todas as Assembleias Municipais do país, onde votarão os membros das Assembleias Municipais respetivos e os vereadores de cada município, mas também ela própria terá que se deslocar a Coimbra, pois será nas sedes das Comunidades intermunicipais que os Presidentes de Câmara votarão para o Vice-Presidente de cada Comissão de Coordenação respetiva.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados na sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido qualquer inscrição.-----

----- Finalmente, sendo 19h50 horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente: *João Carlos Vidalino Pais de Sousa*

----- O Primeiro Secretário: *José Manuel Marques*

----- A Segunda Secretária: *Fátima do Carmo de Jesus Escarvalho*